

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RAQUEL FIGUEIRA MENDES COSTA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES**

Uberlândia, MG
2026

RAQUEL FIGUEIRA MENDES COSTA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação em Ciências e Matemática.

Orientadora: Professora Doutora Fabiana Fiorezi de Marco.

Uberlândia, MG

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C837 Costa, Raquel Figueira Mendes, 1990-
2026 EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL: [recurso eletrônico] : UMA ANÁLISE DE
TESES E DISSERTAÇÕES / Raquel Figueira Mendes Costa. - 2026.

Orientadora: Fabiana Fiorezzi de Marco.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.143>
Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Marco, Fabiana Fiorezzi de, 1974-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação.
III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



Coordenação do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G,
Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-
MG, CEP 38400-902 Telefone: (34) 3239-
4212 - www.ppged.faced.ufu.br -
ppged@faced.ufu.br

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 06/2026/959 PPGED				
Data:	Treze de fevereiro de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	[09:00]	Hora de encerramento:	[10:50]
Matrícula do Discente:	12412EDU045				
Nome do Discente:	RAQUEL FIGUEIRA MENDES COSTA				
Título do Trabalho:	"Educação Financeira Escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: uma análise de teses e dissertações"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Educação em Ciências e Matemática				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Práticas pedagógicas inovadoras para o ensino e aprendizagem da Matemática em Uberlândia e região: pesquisas e ações de formação com estudantes, professores e Clube de Matemática"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/sala/fabiana-fiorezi-de-marco-matos>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Cristiane Azevêdo dos Santos Pessoa - UFPE; Sandro Rogério Vargas Ustra - UFU e Fabiana Fiorezi de Marco Matos - UFU, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Fabiana Fiorezi de Marco Matos, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Fiorezi de Marco Matos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/02/2026, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE AZEVÊDO DOS SANTOS PESSOA, Usuário Externo**, em 13/02/2026, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Rogerio Vargas Ustra, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/02/2026, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7055266** e o código CRC **0D90A7D3**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, a quem devoto minha fé e meu amor, por me sustentar ao longo de todo o percurso desta pesquisa e por conceder-me forças para perseverar diante dos desafios enfrentados.

Agradeço ao meu marido Francisco, pelo companheirismo, apoio e fidelidade ao longo do processo de elaboração desta dissertação, sendo presença constante nos momentos de dificuldade e incentivo nos momentos de superação.

Aos meus filhos, Isaque, Sara e Davi, expresso minha profunda gratidão pela compreensão, paciência e colaboração, muitas vezes abrindo mão de momentos em família para que fosse possível a realização deste trabalho. Vocês são minha maior motivação.

Agradeço aos meus pais, pela perseverança em me proporcionar não apenas os meios necessários para minha formação e desenvolvimento, mas também por tornarem minha trajetória marcada por momentos de alegria, afeto e leveza, mesmo diante das responsabilidades e desafios da vida familiar.

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Fabiana Fiorezi de Marco, pela paciência, dedicação e perseverança, por acreditar neste trabalho e por permanecer ao meu lado mesmo nos momentos em que o caminho parecia inviável. Sua orientação foi fundamental para a construção desta pesquisa e para o meu amadurecimento acadêmico.

Agradeço, de forma especial, ao Wálmisson, colega de pós-graduação, que em diversos momentos me auxiliou e apoiou ao longo dessa caminhada, contribuindo significativamente para a superação dos desafios do percurso acadêmico.

Agradeço aos membros da banca examinadora, pelas valiosas contribuições, sugestões e disponibilidade em participar da avaliação deste trabalho, enriquecendo-o com seus conhecimentos e experiências acadêmicas.

Agradeço ao corpo docente da Universidade Federal de Uberlândia, que contribuíram para o meu crescimento acadêmico e aos demais professores e colegas, aos quais expresso meus mais sinceros sentimentos de gratidão.

RESUMO

A Educação Financeira Escolar tem ganhado espaço no campo da Educação Matemática, especialmente diante das demandas sociais contemporâneas relacionadas à tomada de decisões financeiras no cotidiano. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo compreender quais fundamentações teóricas, concepções de Educação Financeira Escolar e abordagens metodológicas têm orientado as pesquisas relacionadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza documental, cujo corpus é constituído por trabalhos selecionados a partir dos anais do ENEM das edições de 2013, 2016, 2019 e 2022, bem como por teses e dissertações de autoria dos mesmos pesquisadores, utilizadas como aprofundamento analítico. A análise dos dados foi realizada à luz da Análise de Conteúdo, organizada em categorias construídas a partir do material analisado. Os resultados evidenciam que a Educação Financeira Escolar, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é majoritariamente concebida a partir de uma perspectiva crítica, articulada ao campo da Educação Matemática Crítica, distanciando-se de abordagens restritas à Matemática Financeira. As produções analisadas enfatizam dimensões formativas, éticas e sociais da Educação Financeira, bem como a importância do diálogo, da contextualização e da problematização de situações do cotidiano. A pesquisa também aponta a ausência de estudos voltados especificamente à Educação Infantil nas produções analisadas, configurando-se como uma lacuna no campo. Espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento das discussões sobre Educação Financeira Escolar na Educação Matemática e subsidie futuras investigações e práticas pedagógicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Educação Financeira Escolar; Educação Matemática; Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Análise de Conteúdo; ENEM.

ABSTRACT

School Financial Education has gained increasing relevance in the field of Mathematics Education, particularly in light of contemporary social demands related to financial decision-making in everyday life. In this context, this study aims to analyze how School Financial Education is addressed in the works published in the proceedings of the National Meeting of Mathematics Education (ENEM) and in related theses and dissertations, with a focus on the early years of Elementary School. This is a qualitative, documentary research study, whose corpus consists of papers selected from the ENEM proceedings of the 2013, 2016, 2019, and 2022 editions, as well as theses and dissertations authored by the same researchers, used to deepend the analysis. Data analysis was conducted based on Content Analysis, following Bardin's theoretical framework, and organized into categories constructed from the analyzed material. The results indicate that School Financial Education in the early years of Elementary School is predominantly conceived from a critical perspective, closely aligned with Critical Mathematics Education, and moving away from approaches restricted to Financial Mathematics. The analyzed studies emphasize formative, ethical, and social dimensions of Financial Education, highlighting the importance of dialogue, contextualization, and the problematization of everyday situations. The research also reveals the absence of studies specifically focused on Early Childhood Education, which constitutes a gap in the field. It is expected that this study will contribute to strengthening discussions on School Financial Education within Mathematics Education and support future research and pedagogical practices in the early years of Elementary School.

Keywords: School Financial Education; Mathematics Education; Early Years of Elementary School; Content Analysis; ENEM.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pirâmide Etária do Brasil de acordo com o Censo realizado pelo IBGE em 2022 ...	18
Figura 2 - Inadimplência no Brasil em Julho de 2025.....	18
Figura 3 - Fluxograma ilustrativo do percurso metodológico da pesquisa.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos científicos que usaram o termo “educação financeira” no ENEM XI publicado em 2013	20
Quadro 2: Trabalhos científicos que usaram o termo “educação financeira” no ENEM XII publicado em 2016	21
Quadro 3: Trabalhos científicos que usaram o termo “educação financeira” no ENEM XIII publicado em 2019.....	21
Quadro 4: Trabalhos científicos que usaram o termo “educação financeira” no ENEM XIV publicado em 2022	22
Quadro 5: Trabalhos científicos que usaram o termo “educação financeira” nas quatro edições do ENEM	22
Quadro 6: Teses e dissertações analisadas e respectivas categorias analíticas.....	41

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CONEF - Comitê Nacional de Educação Financeira

EF - Educação Financeira

EFE – Educação Financeira Escolar

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira

ENEM - Encontro Nacional de Educação Matemática

FBEF - Fórum Brasileiro de Educação Financeira

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	17
2- UM OLHAR PARA A LITERATURA RELATIVA À EDUCAÇÃO FINANCEIRA	24
2.1- Educação Financeira e formação cidadã	24
2.2- Educação Financeira Escolar e o campo da Educação Matemática	29
2.3- Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental	32
3- METODOLOGIA	35
3.1- Abordagem e natureza da pesquisa	35
3.2- Tipo de pesquisa	35
3.3- Levantamento e constituição do corpus da pesquisa	36
3.4- Refinamento do corpus	37
3.5- Procedimentos de análise dos dados: Análise de Conteúdo	37
3.5.1- Pré-análise	39
3.5.2- Exploração do material	39
3.5.3- Tratamento dos resultados, inferência e interpretação	40
3.6- Considerações éticas	42
4- ANÁLISES E RESULTADOS	44
4.1- Breve descrição do corpus documental	44
4.1.1- Dantas (2017)	44
4.1.2- Santos (2017)	46
4.1.3- Silva (2018)	47
4.1.4- Santos (2023)	49
4.1.5- Santos (2024)	50
4.1.6- Silva (2024)	52
4.2- Categoria 1- Fundamentações teóricas que sustentam a Educação Financeira nos anos iniciais.....	53
4.2.1- Educação Matemática Crítica como unidade de registro predominante	54
4.2.2- Aspectos do desenvolvimento do pensamento econômico como suporte unidade de registro complementa.....	56

4.3- Categoria 2- Concepções de Educação Financeira presentes nas pesquisas.....	58
4.3.1- Educação Financeira como prática crítica e formativa como unidade de registro...	59
4.3.2- Educação Financeira como formação conceitual como unidade de registro.....	61
4.3.3- Temáticas recorrentes da Educação Financeira nos anos iniciais.....	62
4.3.3.1- Unidade de registro 1-Consumo/ Consumo Consciente.....	63
4.3.3.2- Unidade de registro 2 – Lucro.....	66
4.3.3.3- Unidade de registro 3 – Desejos e necessidades.....	67
4.3.3.4- Unidade de registro 4 – Tomada de decisão.....	69
4.3.3.5- Unidade de registro 5 – Planejamento.....	72
4.3.3.6- Unidade de registro 6 – Valores éticos.....	74
4.4- Categoria 3 – Abordagens metodológicas adotadas nas pesquisas	76
4.4.1- Unidade de registro 1 – Engenharia Didática.....	77
4.4.2- Unidade de registro 2 – Pesquisa documental.....	79
4.4.3- Unidade de registro 3 – Pesquisa qualitativa.....	80
4.4.4- Unidade de registro 4 – Entrevistas clínicas / abordagem cognitiva	82
4.5- Síntese das análises.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	93

APRESENTAÇÃO

A questão “Como entender o dinheiro?” atravessa minha trajetória pessoal e profissional e dialoga com a experiência de muitos brasileiros. Desde a infância, as questões financeiras estiveram presentes no cotidiano da minha família, não apenas como preocupação material, mas como elemento estruturante das relações, das decisões e das aprendizagens construídas no interior do lar.

Nasci em uma família trabalhadora que, durante parte da minha infância, enfrentou dificuldades econômicas significativas. No início da década de 1990, meu pai exercia atividade remunerada de forma intensa, enquanto minha mãe permanecia em casa em função da minha idade e da idade do meu irmão. A renda familiar, no entanto, mostrava-se insuficiente para atender às necessidades básicas, o que levou minha mãe a buscar alternativas para complementar o sustento da família. Esse contexto culminou na criação de um pequeno empreendimento familiar, inicialmente um sacolão, que passou a constituir nossa principal fonte de renda.

Apesar das limitações materiais vivenciadas naquele período, minhas memórias da infância são marcadas por afetividade, convivência familiar e aprendizado coletivo. As dificuldades financeiras coexistiam com momentos de cuidado, brincadeiras e cooperação, elementos que, ainda que não fossem nomeados como tais, configuravam-se como experiências formativas relacionadas à organização do cotidiano, ao valor do trabalho e à administração dos recursos disponíveis.

Com o agravamento da crise financeira, minha família esteve próxima de perder a casa financiada. Diante dessa situação, a decisão de investir no pequeno comércio representou não apenas uma estratégia de sobrevivência econômica, mas um processo de aprendizagem coletiva. O sacolão, iniciado com poucos recursos e com apoio de doações, foi gradualmente se estruturando, permitindo o pagamento de despesas básicas, a reinversão no negócio e, posteriormente, a melhoria das condições de vida da família. Nesse processo, as escolhas financeiras, o reaproveitamento de recursos e a administração cuidadosa tornaram-se práticas cotidianas.

Ao longo dos anos, o empreendimento familiar cresceu, transformando-se em um empório e possibilitando maior estabilidade financeira. Durante esse período, fui constantemente envolvida por meu pai nas decisões relacionadas ao negócio, como idas ao banco, organização financeira, planejamento e atendimento aos clientes. Essas experiências

contribuíram significativamente para a construção do meu entendimento sobre dinheiro, consumo, trabalho e planejamento, ainda que não fossem mediadas por conceitos formais ou conteúdos escolares.

Paralelamente a esse contexto, desde a infância desenvolvi atividades relacionadas ao ensino, inicialmente auxiliando colegas em tarefas escolares, sobretudo em Matemática. Essa prática, que começou de forma informal, consolidou-se ao longo dos anos como uma atividade profissional, evidenciando uma articulação precoce entre ensino, aprendizagem e organização financeira do trabalho.

Minha trajetória acadêmica inicia-se em 2010, com o ingresso na Universidade Federal de Uberlândia, no curso de Pedagogia. Ao longo da graduação, conciliei os estudos com a atividade de aulas de reforço escolar, aprofundando meu interesse pela docência e pela formação de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Posteriormente, ingressei no serviço público como professora da rede municipal, experiência que contribuiu para ampliar meu olhar sobre a escola como espaço formativo e sobre os limites e possibilidades do currículo escolar.

Ao refletir sobre minha própria formação, percebo que os conhecimentos relacionados à Educação Financeira foram construídos predominantemente no âmbito familiar e nas experiências de vida, e não no contexto escolar. Na escola, recordo-me apenas de abordagens pontuais e técnicas, especialmente no Ensino Médio, relacionadas a juros simples e compostos, sem articulação com situações reais de tomada de decisão financeira. Essa constatação passou a me inquietar, sobretudo ao observar, em meu entorno social e profissional, adultos que enfrentam dificuldades financeiras recorrentes, muitas vezes sem terem tido oportunidades de refletir criticamente sobre questões econômicas ao longo de sua escolarização.

É a partir dessas inquietações que emerge o interesse por investigar a Educação Financeira Escolar, não como solução individual para problemas estruturais, mas como uma dimensão formativa importante no processo educativo. Esta pesquisa nasce, portanto, do entrelaçamento entre minha trajetória pessoal, minha atuação profissional como professora dos anos iniciais e meu compromisso com a Educação como espaço de formação crítica e cidadã.

Ao desenvolver este estudo, busco contribuir para o debate sobre a presença da Educação Financeira no campo da Educação Matemática, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, compreendendo como essa temática vem sendo abordada nas produções acadêmicas. Espero que esta pesquisa possa colaborar para ampliar reflexões sobre o papel da

escola na formação de sujeitos capazes de compreender, problematizar e participar de maneira consciente das relações econômicas que permeiam a sociedade.

1- INTRODUÇÃO

A Educação Financeira Escolar tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma temática relevante no debate educacional, tanto no cenário internacional quanto no contexto brasileiro. Cordeiro, Costa e Silva (2018, p. 70) apresentam a importância da Educação Financeira (EF) da seguinte forma:

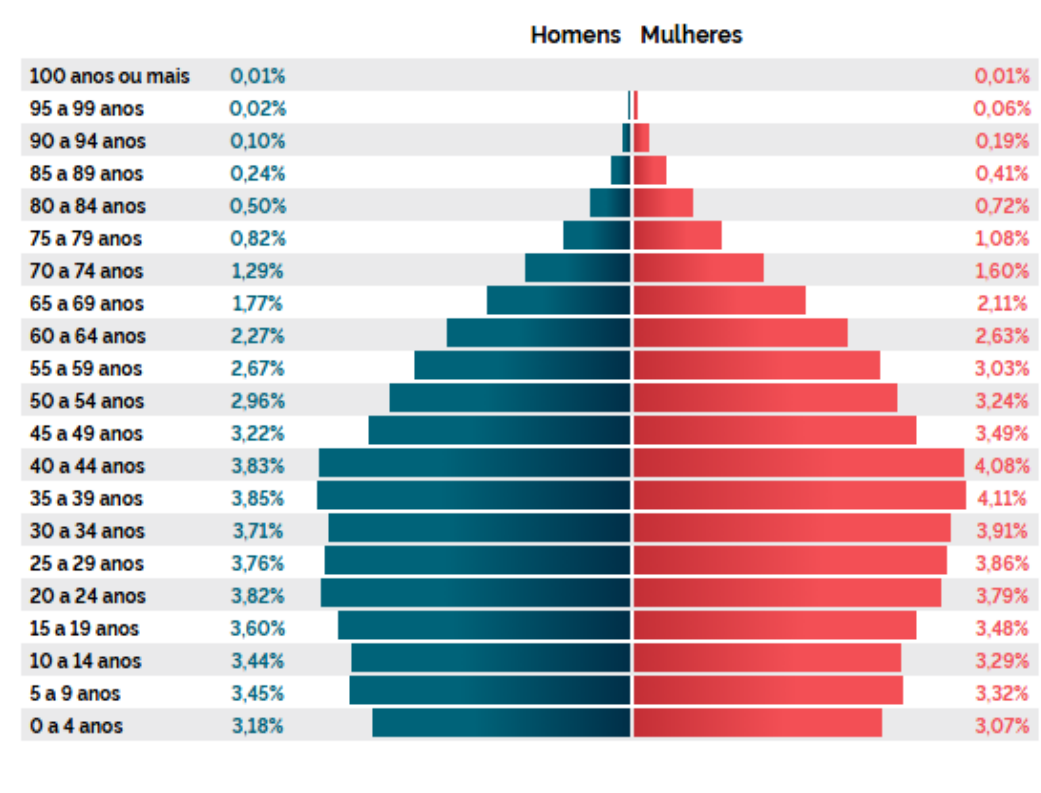
[...] Um processo de aprendizagem ligado às finanças pessoais, onde a sociedade tem a oportunidade de adquirir uma visão crítica sobre o uso do dinheiro. A atual Constituição brasileira vincula a educação ao pleno conhecimento da pessoa e ao seu preparo para o exercício da cidadania. Dessa forma a EF entra com essa participação, cidadã uma vez que esta viabiliza o entendimento da sociedade sobre finanças pessoais e nacionais.

Esse movimento está associado, entre outros fatores, às transformações econômicas, sociais e culturais que impactam diretamente a vida cotidiana dos sujeitos, exigindo cada vez mais a tomada de decisões financeiras em diferentes âmbitos da vida pessoal, familiar e social (Freitas, 2024). No Brasil, a institucionalização da temática ocorre, de forma mais explícita, a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2010, que inaugura um conjunto de ações voltadas à promoção da Educação Financeira em diferentes espaços sociais, incluindo o escolar.

A relevância social da Educação Financeira no contexto brasileiro evidencia-se a partir de dados estatísticos que explicitam tensões estruturais vivenciadas pela população. Dados do site *Countrymeters*¹ indicam que o Brasil possuía, em 2024, uma população estimada em 220.718.362 habitantes; somam-se a esse panorama as informações do IBGE (2022), segundo as quais a maior parte desse contingente corresponde a pessoas em idade produtiva, portanto aptas a atuar economicamente, bem como os dados do Serasa que apontam a existência de 72.540.000 inadimplentes no país em maio de 2024, o que permite inferir que a inadimplência atinge mais de 40% da população adulta brasileira, reforçando a centralidade da Educação Financeira como questão social relevante (Figuras 1 e 2).

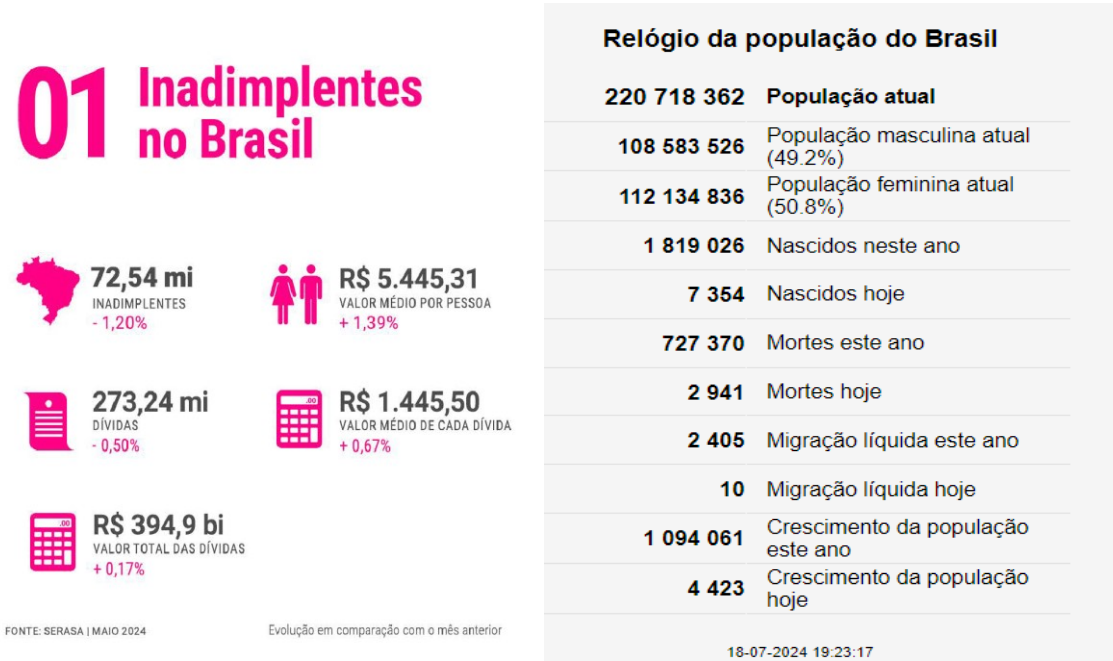
¹ Disponível em: <https://countrymeters.info/pt/Brazil>. Acesso em 18 jul. 2024

Figura 1 – Pirâmide Etária do Brasil de acordo com o Censo realizado pelo IBGE em 2022



Fonte: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 19 set. 2025.

Figura 2- Inadimplência no Brasil



Fonte: www.serasa.com.br. Acesso em 24 set. 2025

Esses dados, no entanto, não podem ser interpretados de maneira simplista ou individualizante, como se o endividamento fosse resultado exclusivo da falta de conhecimentos financeiros por parte dos sujeitos. Trata-se de um fenômeno complexo, atravessado por condições históricas, sociais, políticas e econômicas, como a desigualdade de renda, a precarização do trabalho, os altos custos de vida e as restrições de acesso a direitos básicos.

Nesse sentido, discutir Educação Financeira no âmbito escolar não implica responsabilizar individualmente os sujeitos por situações de vulnerabilidade econômica, mas compreender a escola como um espaço privilegiado para a problematização crítica das relações econômicas e financeiras que permeiam a sociedade. A Educação Financeira Escolar, quando pensada a partir do campo da Educação Matemática, pode contribuir para a formação de sujeitos capazes de refletir, argumentar e tomar decisões de maneira crítica e fundamentada, articulando aspectos matemáticos e não matemáticos, individuais e coletivos, conforme defendido por Skovsmose (2001), ao compreender a matemática como uma prática social relacionada à leitura crítica da realidade.

Partindo da compreensão de que o ensino escolar deve promover situações didáticas que favoreçam a autonomia intelectual dos estudantes e sua participação crítica no mundo social, entende-se que a aprendizagem não se restringe à reprodução de procedimentos, mas envolve a capacidade de mobilizar conhecimentos em diferentes contextos, atribuindo-lhes sentido. Nessa perspectiva, a Educação Financeira Escolar pode ser concebida como um campo fértil para a construção de aprendizagens na medida em que dialoga diretamente com situações vivenciadas pelos sujeitos em seu cotidiano.

Nesse contexto, os anais do ENEM foram eleitos como locus primeiro desta pesquisa, por reunirem produções que expressam movimentos do campo da Educação Matemática no Brasil. O Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), promovido pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), constitui-se como um dos mais importantes eventos científicos da área no país, reunindo periodicamente pesquisadores, professores da Educação Básica e do Ensino Superior, estudantes de pós-graduação e demais profissionais interessados na investigação e no ensino de Matemática. Desde sua criação, o evento tem se consolidado como um espaço privilegiado de socialização e debate de pesquisas, práticas pedagógicas e reflexões teóricas que contribuem para a constituição e o desenvolvimento do campo da Educação Matemática no Brasil. A análise dessas produções possibilita identificar como a Educação Financeira Escolar tem sido tematizada, especialmente no que se refere aos

anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa considerada fundamental para a formação de bases conceituais, atitudinais e críticas.

Dada a centralidade da Educação Matemática nesse debate, torna-se relevante investigar como a Educação Financeira Escolar (EFE) vem sendo abordada no âmbito das produções acadêmicas da área. Eventos científicos de grande alcance nacional, como o Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), constituem espaços privilegiados de socialização de pesquisas, práticas e reflexões produzidas por professores, pesquisadores e estudantes de diferentes níveis de ensino. Além de sua amplitude nacional, o ENEM apresenta periodicidade e continuidade que permitem acompanhar, ao longo do tempo, os movimentos, tendências e transformações das pesquisas desenvolvidas no campo da Educação Matemática. Nesse sentido, os anais do evento configuram-se como um importante repositório de produções acadêmicas, possibilitando mapear temas emergentes, enfoques teóricos e metodológicos e diferentes perspectivas de investigação que atravessam a área. Os anais desses eventos permitem mapear tendências, enfoques teóricos, metodológicos e temáticos, oferecendo subsídios para compreender como determinados temas vêm sendo investigados ao longo do tempo.

Para delimitar o campo empírico da investigação, realizou-se um levantamento das produções que utilizam o termo “educação financeira” nos anais das edições do ENEM realizadas nos anos de 2013, 2016, 2019 e 2022, considerando um recorte temporal de dez anos. Esse período foi definido por contemplar um momento de intensificação das discussões sobre Educação Financeira no campo da Educação Matemática no Brasil. A busca foi realizada durante o ano de 2024 e no primeiro semestre de 2025, por meio do acesso às plataformas de disponibilização dos anais de cada edição do evento, respeitando as especificidades de organização de cada uma. Os resultados desse levantamento inicial estão organizados nos quadros 1, 2, 3 e 4, que apresentam a distribuição dos trabalhos por etapa de ensino em cada edição do evento.

Quadro 1 - Trabalhos científicos que usaram o termo “educação financeira” no ENEM XI publicado em 2013

Etapa de ensino	Quantidade	Porcentagem
Educação Infantil	0	0%
Anos iniciais do Ensino fundamental	0	0%
Anos finais do Ensino fundamental	2	22%
Ensino Médio	1	11%

EJA	1	11%
Formação inicial	2	22%
Pós-Graduação	0	0%
Não Relatado	3	34%
Educação Básica	0	0%
Total	9	100%

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 2 - Trabalhos científicos que usaram o termo “educação financeira” no ENEM XII publicado em 2016.

Etapa de ensino	Quantidade	Porcentagem
Educação Infantil	0	0%
Anos iniciais do Ensino fundamental	3	17%
Anos finais do Ensino fundamental	4	22%
Ensino Médio	3	17%
EJA	1	5%
Formação inicial	1	6%
Pós-Graduação	2	11%
Não Relatado	2	11%
Educação Básica	2	11%
Total	18	100%

Fonte: Elaboração da autora.

Quadro 3 - Trabalhos científicos que usaram o termo “educação financeira” no ENEM XIII publicado em 2019.

Etapa de ensino	Quantidade	Porcentagem
Educação Infantil	0	0%
Anos iniciais do Ensino fundamental	4	8%
Anos finais do Ensino fundamental	8	17%
Ensino Médio	13	28%
EJA	1	2%
Formação inicial	5	11%
Pós-Graduação	2	4%
Não Relatado	8	17%
Educação Básica	6	13%
Total	47	100%

Fonte: Elaboração da autora.

Quadro 4 - Trabalhos científicos que usaram o termo “educação financeira” no ENEM XIV publicado em 2022.

Etapa de ensino	Quantidade	Porcentagem
Educação Infantil	0	0%
Anos iniciais do Ensino fundamental	2	10%
Anos finais do Ensino fundamental	3	15%
Ensino Médio	5	25%
EJA	2	10%
Formação inicial	1	5%
Pós-Graduação	2	10%
Não Relatado	4	20%
Educação Básica	1	5%
Total	20	100%

Fonte: Elaboração da autora.

Para fins de análise alocamos, também, os dados totais em um único Quadro (Quadro 5).

Quadro 5 - Trabalhos científicos que usaram o termo “educação financeira” nas quatro edições do ENEM.

Etapa de ensino	Quantidade	Porcentagem
Educação Infantil	0	0%
Anos iniciais do Ensino fundamental	9	10%
Anos finais do Ensino fundamental	17	18%
Ensino Médio	22	23%
EJA	5	5%
Formação inicial	9	10%
Pós-Graduação	6	6%
Não Relatado	17	18%
Educação Básica	9	10%
Total	94	100%

Fonte: Elaboração da autora.

A organização desses dados permite visualizar a presença da Educação Financeira nas diferentes etapas da Educação Básica, evidenciando, ao mesmo tempo, a concentração de estudos em determinados níveis de ensino e a ausência de produções voltadas à Educação Infantil, aspecto que será retomado nas considerações finais como uma lacuna identificada a partir da pesquisa.

A partir desse levantamento inicial, foram selecionadas as produções que abordam especificamente a Educação Financeira Escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, como estratégia de aprofundamento analítico, foram buscadas as teses e as dissertações correlatas, de autoria dos mesmos pesquisadores, com o objetivo de compreender como as discussões apresentadas nos trabalhos do ENEM são ampliadas ou aprofundadas em pesquisas acadêmicas mais extensas.

Diante desse cenário, a presente pesquisa é orientada pela seguinte questão: **Como as teses e as dissertações, selecionadas a partir de produções publicadas em Anais do Encontro Nacional de Educação Matemática, abordam a Educação Financeira Escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental?**

O objetivo geral do estudo consiste em compreender quais fundamentações teóricas, concepções de Educação Financeira Escolar e abordagens metodológicas têm orientado as pesquisas relacionadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental. E, como objetivos específicos, busca-se: i. identificar tendências, recorrências e lacunas presentes nas produções analisadas; e, ii. analisar as fundamentações teóricas, as concepções de Educação Financeira e as abordagens metodológicas presentes nas teses e dissertações selecionadas, no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Com vistas a atingir os objetivos propostos e responder à questão de investigação, este trabalho está organizado em seções que apresentam, inicialmente, alguns fundamentos teóricos que sustentam a discussão sobre Educação Financeira Escolar no campo da Educação Matemática; o percurso metodológico adotado neste estudo; seguido pela análise dos documentos selecionados. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados da pesquisa e apontadas possíveis lacunas e perspectivas para investigações futuras.

2 UM OLHAR PARA A LITERATURA RELATIVA À EDUCAÇÃO FINANCEIRA

2.1 Educação Financeira e formação cidadã

A Educação Financeira tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma temática de relevância internacional, especialmente no contexto das transformações econômicas, sociais e culturais que impactam diretamente a vida dos cidadãos (Freitas, 2024). A intensificação do consumo, a ampliação do acesso ao crédito e a complexificação dos produtos financeiros têm exigido dos indivíduos competências que ultrapassam o domínio técnico de cálculos, demandando capacidades de análise crítica, tomada de decisão e responsabilidade social.

No âmbito internacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passou a incorporar a Educação Financeira em sua agenda a partir de 2003, quando reconheceu a necessidade de promover ações voltadas à melhoria da literacia financeira² das populações. Como desdobramento desse movimento, foi desenvolvido o projeto intitulado *Financial Education Project*, que culminou na publicação de relatórios orientadores e na proposição de uma definição amplamente difundida para o termo Educação Financeira (OECD, 2005).

Em 2008, a OCDE publicou um relatório como parte de seu programa de Educação Financeira iniciado em 2003.

Esse relatório teve como objetivo analisar os programas de educação financeira existentes na escola e estabelecimentos de ensino e as pesquisas disponíveis sobre a eficácia das iniciativas sobre o assunto destinado a crianças e adolescentes em idade escolar em alguns de seus países membros e em países não membros da OCDE. (Silva; Powel, 2013, p. 4).

O Banco do Brasil, por meio de documento construído a partir de um estudo realizado, traz a definição de Educação Financeira que foi apresentada pela OCDE:

O processo mediante o qual consumidores e investidores financeiros melhoram a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio da informação, instrução ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais cientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas baseadas em informação, saber onde procurar ajuda e realizar outras ações efetivas que melhorem o seu bem estar financeiro. (Brasil, 2020)

² O termo *literacia financeira* é utilizado pela OCDE para designar o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para que os indivíduos tomem decisões financeiras informadas e eficazes, visando ao bem-estar financeiro individual e coletivo ao longo da vida (OECD, 2005). Outro autor que trabalha esse conceito é JUMP\$TART (2007, p.1), dizendo ser esta a capacidade de usar conhecimentos e habilidades para gerenciar recursos financeiros.

De acordo com essa definição da OCDE (2016; 2020), a Educação Financeira refere-se ao processo pelo qual indivíduos aprimoram sua compreensão sobre conceitos, produtos e riscos financeiros, desenvolvendo habilidades e confiança para tomar decisões informadas que contribuam para o seu bem-estar financeiro. Embora essa definição tenha sido amplamente adotada em políticas públicas e documentos institucionais, autores do campo educacional têm problematizado seu caráter predominantemente funcionalista, centrado na adaptação dos sujeitos às dinâmicas do mercado financeiro.

Mesmo não sendo país-membro da OCDE, o Brasil passou a incorporar as orientações dessa organização em suas políticas educacionais e econômicas. Em 2007, foi constituído um grupo de trabalho interinstitucional com o objetivo de elaborar uma proposta de estratégia nacional de Educação Financeira, que resultou, em 2010, na instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por meio de decreto presidencial. Posteriormente, a ENEF passou a ser coordenada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), com a finalidade de promover ações educativas voltadas à formação financeira dos cidadãos brasileiros.

No contexto dessas iniciativas, destaca-se a criação da Semana Nacional de Educação Financeira, organizada pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), que reúne instituições públicas, privadas e a comunidade escolar com o objetivo de estimular reflexões, atitudes e comportamentos relacionados à gestão consciente de recursos financeiros (Brasil, 2025). Além disso, o Ministério da Educação, em parceria com outras instituições, passou a oferecer programas de formação continuada para professores da Educação Básica, como o programa *Aprender Valor*³, voltado à inserção da Educação Financeira de forma transversal no currículo escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que orienta os currículos da Educação Básica no Brasil, também incorpora a Educação Financeira como tema transversal, especialmente no componente curricular de Matemática. A BNCC destaca a importância de desenvolver nos estudantes competências relacionadas à autonomia, ao planejamento, à organização pessoal e à tomada de decisões conscientes sobre consumo, gastos e investimentos (Brasil, 2017).

Entretanto, diversos autores têm apontado limites na forma como a Educação Financeira é apresentada na BNCC. O documento aborda a temática de maneira genérica, sem explicitar

³ Informações em: <https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor>. Acesso em 07 jan. 2026.

com clareza os conceitos, os objetivos formativos e as especificidades de sua abordagem nas diferentes etapas da escolarização. Tal indefinição abre espaço para interpretações reducionistas, que podem restringir a Educação Financeira a práticas pontuais ou a um ensino técnico desvinculado de uma formação crítica mais ampla.

Isso implica considerarmos que, no movimento real, as aprendizagens essenciais definidas pela BNCC não são o suficiente para garantir aos alunos da classe trabalhadora uma formação que favoreça, mesmo que seja a médio ou a longo prazo, desenvolverem e viverem plenamente sua humanidade na contraditória e, portanto, problemática sociedade em que vivemos. (Menezes, 2024, p. 64)

Ao analisar a proposta de Educação Financeira presente na BNCC à luz da realidade da classe trabalhadora, Menezes (2024) evidencia que as aprendizagens essenciais definidas no documento não são suficientes para garantir uma formação que possibilite aos estudantes compreenderem criticamente as determinações sociais, econômicas e históricas que condicionam suas formas de vida. Segundo o autor, ao limitar-se a uma concepção restrita de cidadania e ao não assumir a práxis social como fundamento teórico-metodológico, a BNCC tende a esvaziar o potencial formativo da Educação Financeira para a classe trabalhadora, reduzindo sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento humano em sua máxima potencialidade.

[...] reafirmamos que não é possível a identificação de uma proposta comprometida com a transformação da realidade social. Pelo contrário, a sua proposta de *formação crítica* aponta para um tipo de formação que visa garantir ao trabalhador administrar os poucos recursos – e viver com eles – que lhe cabem na sociedade capitalista e em sua dinâmica já estabelecida. (Menezes, 2024, p. 119).

Nesse sentido, embora a inclusão da Educação Financeira na BNCC represente um avanço no reconhecimento da temática no currículo nacional, evidencia-se a necessidade de aprofundar as discussões sobre seus fundamentos conceituais e pedagógicos, especialmente no que se refere à formação cidadã. A Educação Financeira, quando concebida de forma crítica, deve contribuir para que os sujeitos compreendam as relações de consumo, os impactos sociais e ambientais de suas escolhas e as desigualdades estruturais presentes na sociedade.

Assim, “[...] a educação financeira, concebida como um tema transversal e interdisciplinar, pode auxiliar na formação de estudantes mais críticos e autônomos, capacitados a lidar estrategicamente e de maneira inteligente com diversas situações.” (Freitas, 2024, p. 71).

O consumo consciente emerge, nesse sentido, como um dos conceitos centrais da Educação Financeira voltada à formação cidadã (Freitas, 2024). Trata-se de compreender o consumo não apenas como ato individual, mas como prática social carregada de significados, que envolve relações de produção, distribuição e impacto ambiental (Menezes, 2024). Autores do campo da Educação Financeira Escolar defendem que discutir consumo desde a infância possibilita às crianças refletirem sobre necessidades, desejos e prioridades, contribuindo para a construção de atitudes mais responsáveis e solidárias no uso dos recursos.

[...] necessidade de orientação financeira desde a infância, com propostas educativas que enfatizem a importância de um consumo consciente, definam metas claras e promovam uma compreensão de como utilizar o dinheiro. Entendemos que essa abordagem pode ajudar a desenvolver habilidades financeiras importantes para o futuro. (Freitas, 2024, p. 50)

Associados a essa discussão, os valores éticos assumem papel fundamental na Educação Financeira escolar. As decisões financeiras não são neutras, pois envolvem escolhas que afetam o coletivo e revelam concepções de justiça, responsabilidade e cuidado com o outro.

A Educação Financeira, quando orientada por uma perspectiva crítica e ética, pode favorecer a reflexão dos estudantes acerca das práticas de consumo que marcam a sociedade contemporânea, problematizando a associação entre posse de bens, dinheiro e felicidade. Nessa direção, torna-se possível compreender que a satisfação proporcionada pelo consumo é transitória e que a lógica da aquisição contínua de bens tende a alimentar um ciclo permanente de desejos, contribuindo para a naturalização de desigualdades sociais. Ao assumir essa abordagem, a Educação Financeira amplia seu potencial formativo, ao possibilitar que os estudantes compreendam o dinheiro não como um fim em si mesmo, mas como um meio inserido em relações sociais, econômicas e históricas mais amplas.

[...] ter dinheiro ou bens, não significa, necessariamente, ser feliz [...] a alegria da aquisição do novo bem até existe, mas é passageira. Logo o objeto adquirido é deixado de lado e outro bem de consumo passa a ser objeto de desejo, alimentando, assim, o ciclo do consumo da sociedade em que vivemos. (Pessoa; Kistemann Jr., 2021, p. 107).

Bem como é importante apontar que

[...] o conhecimento financeiro permite que as pessoas saibam poupar, consumir, investir e reivindicar, contribuindo para a redução das desigualdades sociais no país. Além disso, essa formação ajuda a evitar armadilhas financeiras e auxilia na defesa dos direitos dos consumidores e trabalhadores. (Lima; Sá, 2010 *apud* Freitas, 2024, p. 70).

A noção de sustentabilidade também se apresenta como eixo estruturante da Educação Financeira na escola, conforme discutem Pessoa e Kistemann Jr. (2021). Refletir sobre a utilização consciente dos recursos financeiros, materiais e naturais implica considerar os limites do consumo e os impactos das escolhas individuais e coletivas no meio ambiente e na sociedade. Nesse sentido, a Educação Financeira dialoga diretamente com a formação de sujeitos comprometidos com práticas sustentáveis e com a construção de uma sociedade mais justa.

Por fim, a Educação Financeira como formação cidadã pressupõe o reconhecimento da infância como etapa legítima para a construção de aprendizagens econômicas. Algumas crianças participam cotidianamente de práticas relacionadas ao consumo e à tomada de decisão, como a escolha de produtos em compras familiares, o manejo de mesadas ou quantias recebidas, a influência sobre decisões de consumo no ambiente doméstico e o contato com estratégias de marketing direcionadas ao público infantil. Essas vivências evidenciam que, mesmo antes da vida adulta, as crianças já se inserem em dinâmicas econômicas que demandam mediação educativa. Estudos na área de Educação Financeira escolar indicam que essas experiências constituem importantes oportunidades de aprendizagem, uma vez que a criança constrói significados sobre o uso do dinheiro a partir de situações concretas do cotidiano (Dantas, 2017, p. 46).

A Base Nacional Comum Curricular reconhece a importância de promover desde os anos iniciais reflexões sobre essas práticas, ao afirmar que a escola deve possibilitar aos estudantes a compreensão das relações de consumo e do uso responsável dos recursos, de modo a favorecer escolhas conscientes e socialmente responsáveis (Brasil, 2018, p. 137). Assim, ao abordar temas como consumo, planejamento e escolhas financeiras de forma contextualizada e crítica, a Educação Financeira pode contribuir para a formação de cidadãos capazes de compreender e intervir na realidade social em que estão inseridos.

A Educação Financeira das crianças é fundamental para promover uma alteração comportamental a médio prazo. Segundo Ferreira (2013), em seu livro “Educação Financeira das Crianças e Adolescentes”, a forma como a família relaciona-se com os aspectos financeiros, sem dúvida irá condicionar a formação dos futuros adultos. Devemos ensinar a criança a ser um consumidor ponderado, informado e responsável, visando a evitar o desperdício, o consumismo exagerado e preparando para questões de sustentabilidade do planeta. (Dantas, 2017, p. 46)

Dessa forma, a relevância da Educação Financeira no contexto escolar não se justifica apenas por diretrizes internacionais ou documentos normativos, mas sobretudo por seu potencial formativo na construção de uma cidadania crítica, ética e socialmente responsável.

2.2 Educação Financeira Escolar e o campo da Educação Matemática

No campo da Educação Matemática, a Educação Financeira tem sido compreendida como um objeto de investigação que ultrapassa os limites da Matemática Financeira tradicional. Diferentemente de uma abordagem centrada exclusivamente em cálculos de juros, porcentagens e operações financeiras, a Educação Financeira Escolar (EFE) propõe uma articulação entre conhecimentos matemáticos, sociais, éticos e culturais, considerando as práticas de consumo e tomada de decisão como fenômenos socialmente situados.

Nessa perspectiva, Campos (2012) destaca que a Educação Financeira, ao ser trabalhada no contexto escolar, deve possibilitar aos estudantes a produção de significados diante de situações reais, favorecendo reflexões críticas sobre consumo, planejamento e uso do dinheiro, para além da aplicação mecânica de procedimentos matemáticos.

Essa compreensão dialoga com os pressupostos da Educação Matemática Crítica, defendida por Skovsmose (2001), ao afirmar que o ensino da Matemática deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de analisar, questionar e intervir em realidades sociais marcadas por relações de poder, desigualdade e consumo. Nessa direção, Dantas (2017) evidencia que o trabalho com Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental favorece o desenvolvimento de atitudes reflexivas frente a situações de escolha e consumo, articulando conhecimentos matemáticos a valores sociais e éticos. Assim, a Educação Financeira Escolar configura-se como uma proposta formativa voltada à construção da cidadania, ao promover a compreensão crítica das relações econômicas presentes no cotidiano e estimular decisões conscientes, responsáveis e socialmente comprometidas.

Silva e Powell (2013) constituem uma referência central nesse debate ao conceberem a Educação Financeira Escolar (EFE) como um campo específico no interior da Educação Matemática, orientado para a formação crítica dos estudantes. Segundo os autores, a EFE ultrapassa a dimensão instrumental da Matemática Financeira, ao propor a análise e a problematização de situações econômicas que fazem parte do cotidiano dos alunos, tais como consumo, planejamento e uso do dinheiro. Nessa perspectiva, o ensino da Educação Financeira deve promover espaços de reflexão e diálogo, nos quais os estudantes possam mobilizar conhecimentos matemáticos para compreender contextos sociais concretos e realizar tomadas de decisão de maneira consciente, responsável e fundamentada.

Essa perspectiva é aprofundada por Kistemann Jr. (2024), que problematiza o ensino tecnicista da Matemática Financeira e defende a necessidade de compreender a Educação

Financeira como um processo de produção de significados. Para o autor, os estudantes atribuem sentidos às situações financeiras a partir de suas experiências sociais, culturais e econômicas, o que exige práticas pedagógicas que valorizem o diálogo e a investigação (Pessoa; Kistemann Jr., 2021).

Oportunizar momentos de diálogo é bastante enriquecedor na prática de sala de aula, uma vez que os estudantes, muitas vezes, possuem dificuldade de se posicionar e de expressar seus pontos de vista, por estarem habituados a se comportarem, em sala de aula, como sujeitos passivos em seus processos de aprendizagem. (Pessoa; Kistemann Jr., 2021, p. 121).

Nessa direção, a Educação Financeira Escolar pode ser compreendida como um processo educativo que articula aspectos matemáticos e não matemáticos, convidando os estudantes a refletirem criticamente sobre situações relacionadas ao consumo, ao planejamento, à utilização e à redistribuição do dinheiro. Trata-se de uma abordagem que visa à formação de atitudes responsáveis, sustentáveis e solidárias, em consonância com uma perspectiva de formação cidadã (Pessoa; Kistemann Jr., 2021).

Ao inserir a Educação Financeira no campo da Educação Matemática, rompe-se com a concepção de neutralidade do conhecimento matemático, passando a compreendê-lo como uma prática social permeada por valores, interesses e relações de poder. Essa perspectiva é amplamente discutida na Educação Matemática Crítica, especialmente nos estudos de Skovsmose (2001), ao afirmar que a Matemática, quando ensinada de forma descontextualizada, pode contribuir para a reprodução de desigualdades sociais, ao passo que, quando problematizada, possibilita a leitura crítica da realidade. Nessa direção, a Educação Financeira Escolar aproxima-se de abordagens críticas da Educação Matemática ao orientar o ensino para a análise, interpretação e questionamento de situações econômicas presentes no cotidiano dos estudantes, favorecendo uma formação voltada à participação social e à tomada de decisões conscientes (Silva; Powell, 2013).

Diante dessas discussões, torna-se fundamental estabelecer uma distinção clara entre Matemática Financeira e Educação Financeira Escolar, uma vez que esses termos, embora frequentemente utilizados como sinônimos no senso comum e em práticas escolares, remetem a concepções e finalidades formativas distintas.

A Matemática Financeira, tradicionalmente presente no currículo escolar, tem se concentrado no ensino de procedimentos e técnicas matemáticas relacionadas a cálculos de juros, porcentagens, descontos e acréscimos, frequentemente desvinculados de contextos sociais mais amplos. Essa abordagem, ao privilegiar a aplicação de fórmulas e algoritmos, tende

a enfatizar a resolução mecânica de exercícios, restringindo-se ao domínio instrumental dos conteúdos. Skovsmose (2001) critica esse tipo de ensino ao apontar que práticas matemáticas descontextualizadas contribuem para uma aprendizagem acrítica, centrada na execução de procedimentos, sem promover a compreensão das implicações sociais do conhecimento matemático. De modo semelhante, Campos (2012) argumenta que a redução da Educação Financeira à Matemática Financeira limita as possibilidades formativas do ensino, ao desconsiderar a reflexão sobre consumo, planejamento e tomada de decisão em situações reais. Nessa direção, Silva e Powell (2013) defendem que o trabalho exclusivamente técnico com conteúdos financeiros não atende às demandas de uma formação cidadã, reforçando a necessidade de abordagens que articulem o conhecimento matemático a dimensões sociais, éticas e culturais. Alegam, ainda, que “Há muito mais temas relevantes a ser incluídos que podem chamar atenção dos alunos como, por exemplo, as questões sociais relacionadas ao dinheiro.” (Silva; Powell, 2013, p. 11).

A Educação Financeira Escolar, conforme defendida por Silva e Powell (2013), propõe uma ampliação desse enfoque ao compreender as situações financeiras como fenômenos sociais, culturais e éticos, que demandam reflexão crítica e tomada de decisão fundamentada. Nessa perspectiva, os conhecimentos matemáticos não são descartados, mas assumem o papel de instrumentos a serviço da compreensão da realidade, articulando-se a discussões sobre consumo, planejamento, valores e responsabilidades sociais.

Com isso queremos dizer que propomos uma Educação Financeira, cuja análise de situações problemas que os estudantes vivenciarão tenham fundamentação matemática como auxiliar na tomada de decisões. Por outro, lado não queremos dizer, que o assunto seja explorado apenas como parte da disciplina Matemática, pois acreditamos que o feito do ensino do assunto será tão mais amplo quanto mais diversidade de enfoques ele tiver. (Silva; Powell, 2013, p.12)

Essa compreensão aproxima a Educação Financeira Escolar das perspectivas críticas da Educação Matemática, nas quais o ensino não se limita à transmissão de técnicas, mas se orienta para a leitura, a interpretação e o questionamento da realidade social. Tal concepção encontra respaldo na Educação Matemática Crítica, especialmente nos estudos de Skovsmose (2001), ao defender que o ensino da Matemática deve possibilitar aos estudantes compreender e analisar contextos sociais marcados por desigualdades, consumo e relações de poder. Nesse sentido, a distinção entre Matemática Financeira e Educação Financeira Escolar não se restringe a uma diferença terminológica, mas assume caráter epistemológico e pedagógico, uma vez que

implica conceber o ensino como um espaço de formação crítica, voltado para a cidadania e para a participação consciente dos estudantes na sociedade, conforme defendem Silva e Powell (2013) e Freitas (2024).

[...] incentivar os estudantes, independentemente da idade e da classe social, a explorar conteúdos relacionados ao aspecto financeiro com comprometimento e criatividade, pode promover uma outra relação com o dinheiro, ou seja, as pessoas podem gerenciar suas vidas econômica, profissional e pessoal de modo mais consciente. (Freitas, 2024, p.70)

Dessa forma, pensar a Educação Financeira no campo da Educação Matemática exige superar práticas centradas exclusivamente em cálculos e procedimentos, reconhecendo a necessidade de propostas pedagógicas que integrem conhecimentos matemáticos a reflexões sociais, éticas e culturais. Esse entendimento sustenta a defesa de uma Educação Financeira Escolar comprometida com a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e intervir nas relações econômicas que permeiam o cotidiano.

2.3 Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental

A inserção da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem sido defendida por diferentes pesquisadores que reconhecem a criança como sujeito capaz de refletir, argumentar e tomar decisões em situações econômicas desde os primeiros anos de escolarização. Tal compreensão rompe com perspectivas que concebem a infância como um período de incapacidade cognitiva para lidar com questões financeiras, reconhecendo que as crianças participam ativamente de práticas de consumo, troca, planejamento e escolha em seus contextos familiares, escolares e sociais.

Silva e Powell (2013) defendem que a Educação Financeira deve ser introduzida desde o início da vida escolar, por se tratar de um momento privilegiado para a construção de atitudes, valores e formas de pensar que podem influenciar comportamentos futuros. Os autores ressaltam, entretanto, que essa inserção não pode ocorrer de maneira homogênea ou descontextualizada, devendo considerar as capacidades cognitivas, os interesses e as experiências próprias de cada faixa etária. Essa compreensão desloca o foco da antecipação de conteúdos para a construção de significados, reforçando a necessidade de propostas pedagógicas coerentes com o desenvolvimento infantil.

Alguns experts consideram que o assunto deva ser introduzido no começo de vida escolar das crianças, considerando ser este o melhor momento para

influenciar o comportamento futuro das crianças; enquanto suas mentes estariam mais abertas a novos conceitos. Porém também consideram que os programas devam refletir as capacidades e interesses das crianças na faixa etária em que se encontram. (Silva; Powell, 2013, p.6)

Nessa mesma direção, Pessoa e Kistemann Jr. (2021) destacam que situações de consumo e de tomada de decisão financeira atravessam toda a Educação Básica, configurando-se como oportunidades permanentes de aprendizagem. Nos anos iniciais, essas situações assumem um caráter formativo específico, pois possibilitam que as crianças desenvolvam habilidades de reflexão, argumentação e tomada de decisão a partir de contextos próximos à sua realidade, favorecendo a produção de sentidos sobre o uso do dinheiro, o valor das coisas e as consequências das escolhas realizadas.

Compreendida sob essa perspectiva, a Educação Financeira nos anos iniciais não deve ser entendida como antecipação de conteúdos formais da Matemática Financeira, mas como um espaço formativo voltado à problematização de situações cotidianas, ao diálogo e à construção coletiva de significados, conforme defendem Silva e Powell (2013) ao conceberem a Educação Financeira Escolar como um campo específico, de natureza crítica e formativa. Trata-se de um trabalho pedagógico que reconhece as crianças como sujeitos ativos no processo de aprendizagem, capazes de mobilizar conhecimentos matemáticos e não matemáticos para interpretar situações financeiras, expressar pontos de vista e justificar escolhas, como evidenciado em pesquisas empíricas desenvolvidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Dantas, 2017; Pessoa; Kistemann Jr., 2021).

Essa concepção dialoga diretamente com os pressupostos da Educação Matemática Crítica, especialmente nos estudos de Skovsmose (2001; 2014), ao compreender o ensino como um espaço de leitura, interpretação e questionamento da realidade social, no qual o conhecimento matemático assume função mediadora e não meramente instrumental. Ao trabalhar com situações financeiras contextualizadas, a Educação Financeira Escolar possibilita que as crianças reflitam sobre práticas de consumo, planejamento e uso do dinheiro, considerando aspectos sociais, éticos e coletivos envolvidos nessas decisões, em consonância com uma perspectiva de formação cidadã (Skovsmose, 2014).

Nesse sentido, a Educação Financeira nos anos iniciais configura-se como um campo fértil para a investigação acadêmica, ao permitir analisar como as crianças constroem compreensões sobre dinheiro, consumo e escolhas econômicas, articulando dimensões cognitivas, sociais e culturais. Essa perspectiva sustenta a relevância de pesquisas que, como a presente, investigam as produções acadêmicas sobre Educação Financeira Escolar nessa etapa

de ensino, contribuindo para o fortalecimento de práticas pedagógicas coerentes com o desenvolvimento infantil e com uma concepção crítica e formativa da Educação Matemática (Silva; Powell, 2013; Pessoa e Kistemann Jr., 2021).

Essa perspectiva sustenta a relevância de pesquisas que investigam a Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como as analisadas nesta dissertação, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas coerentes com as especificidades do desenvolvimento infantil e com uma concepção crítica de educação.

2- METODOLOGIA

3.1 Abordagem e natureza da pesquisa

Para Fiorentini e Lorenzato (2006, p. 60), a pesquisa científica é

Um processo de estudo que consiste na busca disciplinada/metódica de saberes ou compreensões acerca de um fenômeno, problema ou questão da realidade ou presente na literatura o qual inquieta/instiga o pesquisador perante o que se sabe ou diz a respeito.

A presente pesquisa caracteriza-se como uma investigação de natureza documental, uma vez que se dedica à análise de produções acadêmicas que abordam a Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O estudo não tem como objetivo investigar sujeitos ou práticas em contexto de ação, mas examinar documentos escritos, buscando identificar concepções, fundamentações teóricas e abordagens presentes nesses trabalhos.

A pesquisa documental é aquela que se utiliza de documentos como fonte de dados, os quais podem ser analisados e interpretados à luz dos objetivos da investigação. Como afirma Reis (2008, p. 30):

A pesquisa documental tem como principal característica o fato de que a fonte dos dados, o campo onde se procederá a coleta dos dados, é um documento (histórico, institucional, associativo, oficial, etc.). Isso significa dizer que a busca de informações (dados) sobre os fenômenos investigados é realizada nos documentos, que exigem, para a produção de conhecimentos, uma análise. Por documentos podemos entender, por exemplo, normas jurídicas, ou documentos oficiais ou políticas públicas.

Nesse sentido, os documentos analisados nesta pesquisa — trabalhos publicados nos anais do ENEM e as teses e dissertações relacionadas — constituem o corpus do estudo.

3.2 Tipo de pesquisa

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental. Segundo Reis (2008), a pesquisa documental tem como principal característica a utilização da literatura especializada como campo de coleta de dados, possibilitando o diálogo com os autores por meio de seus escritos. Nesse sentido, a presente investigação analisa teses, dissertações e trabalhos científicos publicados, sem a realização de entrevistas ou observações diretas em campo.

[...] como principal característica o fato de que o campo onde será feita a coleta dos dados é a própria bibliografia sobre o tema ou o objeto que se

pretende investigar. Vale notar que todas as modalidades de pesquisa exigem uma revisão bibliográfica; uma busca de conhecimento sobre os fenômenos investigados na bibliografia especializada. Na pesquisa bibliográfica, vamos buscar, nos autores e obras selecionados, os dados para a produção do conhecimento pretendido. Não vamos ouvir entrevistados, nem observar situações vividas, mas conversar e debater com os autores através de seus escritos. (Reis, 2008, p. 25)

A pesquisa documental permite a análise sistemática de documentos que ainda não receberam tratamento analítico específico no contexto da investigação proposta, o que justifica sua adoção neste estudo.

3.3 Levantamento e constituição do corpus da pesquisa

O levantamento e a constituição do corpus da presente pesquisa foram realizados em etapas sucessivas, de modo a garantir rigor metodológico, coerência com os objetivos do estudo e aderência ao locus investigado de acordo com Bardin (2011), qual seja, a Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Inicialmente, procedeu-se ao levantamento dos trabalhos publicados nos Anais do Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM). A busca foi realizada durante o ano de 2024 e no primeiro semestre de 2025, por meio do acesso às plataformas de disponibilização dos anais de cada edição do evento, respeitando as especificidades de organização de cada uma. Em todas as edições, utilizou-se o descritor “educação financeira”, procedendo-se ao download dos trabalhos em formato PDF. A edição do ENEM de 2025 não foi incluída em razão da indisponibilidade temporal de seus anais no período de realização da pesquisa.

Esse levantamento inicial resultou na identificação de 94 trabalhos que abordavam a temática Educação Financeira em diferentes etapas da Educação Básica. A partir desse conjunto, realizou-se um processo de refinamento do corpus, por meio da leitura dos títulos, resumos, palavras-chave e, quando necessário, da introdução e do texto completo, com o objetivo de identificar o locus da pesquisa. Para essa identificação, foram utilizados descritores como “anos iniciais do ensino fundamental”, “anos finais”, “ensino médio”, “Educação de Jovens e Adultos”, “Educação Básica” e “formação inicial”. Esse procedimento possibilitou a seleção de nove trabalhos apresentados nos anais do ENEM que abordavam especificamente a Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Na sequência, realizou-se um levantamento ampliado a partir da identificação dos autores desses nove trabalhos. Para cada autor, foi consultado o Currículo Lattes, com o objetivo de verificar a existência de dissertações e/ou teses relacionadas à temática da Educação

Financeira. Quando identificada a produção *stricto sensu*, procedeu-se à busca dos documentos nos repositórios institucionais das universidades às quais os autores estavam vinculados, conforme indicado no currículo. Os autores que não possuíam dissertações ou teses publicadas foram excluídos dessa etapa, uma vez que o foco do estudo recai sobre produções acadêmicas dessa natureza. Esse processo resultou, inicialmente, na identificação de oito dissertações e teses potencialmente relacionadas à temática investigada.

3.4 Refinamento do corpus

Durante a leitura integral das 8 teses e dissertações, foi realizado um novo refinamento do corpus, considerando o recorte empírico efetivamente investigado em cada estudo. Nesse processo, foram excluídos os trabalhos que, embora abordassem a Educação Financeira, direcionavam-se à Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou aos anos finais do Ensino Fundamental, por não atenderem aos objetivos desta pesquisa.

Esse refinamento resultou na constituição do corpus final, composto por seis documentos sendo duas teses e quatro dissertações, todas relacionadas, direta ou indiretamente, aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal procedimento está em consonância com Bardin (2011), que destaca a necessidade de ajustes no corpus ao longo do processo analítico, desde que fundamentados em critérios claros e coerentes com os objetivos da pesquisa.

Desse modo, o corpus final da pesquisa foi constituído por seis dissertações e teses, as quais dialogam diretamente com a Educação Financeira Escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esses documentos passaram a compor o material empírico analisado nesta dissertação, possibilitando a investigação das abordagens, concepções e fundamentos teórico-metodológicos presentes nas produções acadêmicas sobre a temática.

3.5 Procedimentos de análise dos dados: Análise de Conteúdo

A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), adotada como metodologia central da pesquisa. Segundo Bardin (2016, p. 37), a Análise de Conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, como maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Segundo Bardin (2016), a Análise de Conteúdo caracteriza-se como um procedimento flexível e adaptável a diferentes campos de aplicação, possibilitando a análise de materiais

diversos, como teses e dissertações, a partir de critérios previamente definidos. Essa abordagem mostrou-se pertinente ao presente estudo, uma vez que o corpus é composto por produções acadêmicas públicas, configuradas como comunicações escritas, nas quais se investigam concepções, abordagens e fundamentos teórico-metodológicos relacionados à Educação Financeira Escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O desenvolvimento da Análise de Conteúdo ocorreu em três etapas principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, conforme orienta Bardin (2011). Na fase de pré-análise, realizou-se a organização do corpus, a leitura flutuante dos documentos e a definição dos objetivos analíticos, em consonância com a questão de pesquisa e os objetivos do estudo. Em seguida, na etapa de exploração do material, procedeu-se à codificação dos dados, por meio da identificação de unidades de registro e da construção de categorias de análise, considerando os temas recorrentes e os sentidos atribuídos à Educação Financeira nos anos iniciais.

No âmbito da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), as unidades de registro correspondem aos elementos significativos do texto que são selecionados para análise, podendo ser palavras, expressões, temas ou conceitos que se relacionam diretamente aos objetivos da pesquisa. Neste estudo, as unidades de registro foram constituídas por conceitos recorrentes mobilizados nas teses e dissertações analisadas no tratamento da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

As unidades de contexto, por sua vez, correspondem ao segmento textual mais amplo no qual a unidade de registro está inserida, permitindo compreender o significado atribuído ao conceito no interior do texto analisado. Nesta pesquisa, as unidades de contexto foram consideradas como cada tese ou dissertação em sua totalidade, de modo a garantir que a interpretação das unidades de registro fosse realizada à luz do escopo, dos objetivos e da abordagem teórico-metodológica de cada estudo.

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados, os dados foram organizados, interpretados e discutidos à luz do referencial teórico adotado, possibilitando inferências acerca das tendências e concepções presentes nas produções analisadas.

Cabe destacar que, embora a descrição sistemática do conteúdo manifeste dos documentos constitua uma etapa fundamental da Análise de Conteúdo, o objetivo da pesquisa não se restringiu a esse aspecto. Conforme destaca Bardin (2016), a análise deve avançar da descrição para a interpretação, permitindo compreender os significados, as regularidades e as intencionalidades subjacentes às comunicações analisadas.

Uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações. (Bardin, 2016, p.42)

Dessa forma, a Análise de Conteúdo possibilitou compreender como a Educação Financeira Escolar tem sido abordada nas teses e dissertações selecionadas, evidenciando concepções, enfoques teórico-metodológicos e tendências presentes nas produções acadêmicas sobre a temática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

3.5.1- Pré-análise

A pré-análise consistiu na organização do corpus e na realização de leituras flutuantes das teses e dissertações selecionadas, com o objetivo de obter uma visão geral do material, pois

Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. (Bardin, 2016, p. 125)

Nessa etapa, foram definidos o corpus de análise, as unidades de contexto de cada tese e dissertação, entendidas como os trechos textuais nos quais se discutem a Educação Financeira Escolar, seus fundamentos teóricos, as propostas pedagógicas e o lócus da pesquisa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esses elementos constituíram os indicadores iniciais que fundamentaram a construção das categorias de análise e a interpretação dos dados.

3.5.2- Exploração do material

Na etapa de exploração do material, realizou-se o processo de codificação, com a identificação das unidades de registro, compreendidas como elementos significativos dos textos analisados que se relacionavam diretamente aos objetivos da pesquisa. Essas unidades foram extraídas dos trechos das teses e dissertações nos quais se discutem aspectos teóricos, conceituais e metodológicos da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A partir desse processo, procedeu-se à construção de categorias analíticas, que emergiram do próprio material, respeitando o caráter indutivo da Análise de Conteúdo. “É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem.” (Bardin, 2016. p. 43)

As categorias analíticas constituídas permitiram organizar e interpretar os dados de maneira sistemática. A primeira categoria, denominada **fundamentações teóricas da Educação Financeira nos anos iniciais**, teve como foco identificar os referenciais teóricos mobilizados pelas pesquisas, bem como os campos do conhecimento que sustentam as discussões sobre Educação Financeira Escolar, tais como a Educação Matemática, a Educação Matemática Crítica e documentos normativos. A segunda categoria, **concepções de Educação Financeira** presentes nas pesquisas, buscou analisar como a Educação Financeira é compreendida nas produções acadêmicas, investigando as ideias, definições e entendimentos atribuídos à temática, especialmente no que se refere ao papel da criança, à finalidade do ensino e à relação com a formação cidadã. A terceira categoria, **abordagens metodológicas** abordadas nas pesquisas, voltou-se à análise dos procedimentos metodológicos empregados nos estudos, considerando o tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, as estratégias de análise e o lócus investigado.

Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra. (Bardin, 2016, p. 45)

Em cada uma dessas categorias, as unidades de registro foram examinadas quanto à presença, ausência, recorrência e coocorrência, possibilitando o estabelecimento de relações entre os dados e a construção de inferências interpretativas. Esse movimento analítico permitiu transitar da descrição do conteúdo manifesto dos textos para a interpretação dos sentidos atribuídos à Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assegurando coerência entre os procedimentos metodológicos adotados e os objetivos da pesquisa.

3.5.3- Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

Na etapa final, procedeu-se ao tratamento dos resultados e à elaboração de inferências, articulando os dados empíricos com os referenciais teóricos adotados na pesquisa. Conforme Bardin (2011), essa etapa possibilita ir além da descrição do conteúdo manifesto, permitindo a atribuição de sentidos e a construção de interpretações fundamentadas sobre o material analisado. Nesse processo, foram realizadas inferências parciais referentes a aspectos específicos das categorias de análise, bem como inferências de maior abrangência, orientadas pela questão norteadora do estudo. “O interesse não está na descrição dos conteúdos, mas sim

no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a “outras coisas”. (Bardin, 2016, p. 44)

A partir desse movimento analítico, os resultados foram organizados e interpretados de modo a evidenciar como a Educação Financeira Escolar tem sido abordada nas teses e dissertações selecionadas, permitindo identificar tendências, concepções e enfoques teórico-metodológicos presentes nas produções acadêmicas analisadas. Esse processo assegurou coerência entre os dados empíricos, o referencial teórico e os objetivos da pesquisa, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da temática investigada.

A fim de explicitar o corpus final da pesquisa e tornar mais transparente o processo analítico desenvolvido, apresenta-se um quadro síntese com as teses e dissertações selecionadas para análise (Quadro 6). O quadro reúne informações referentes aos autores, ano de defesa, tipo de produção e título das pesquisas, bem como indica a alocação de cada estudo nas categorias analíticas construídas no âmbito da Análise de Conteúdo. Essa organização permite visualizar, de forma sistematizada, como as produções acadêmicas dialogam com as categorias propostas, servindo de base para a apresentação e discussão dos resultados no capítulo seguinte.

Quadro 6 – Teses e dissertações analisadas e respectivas categorias analíticas

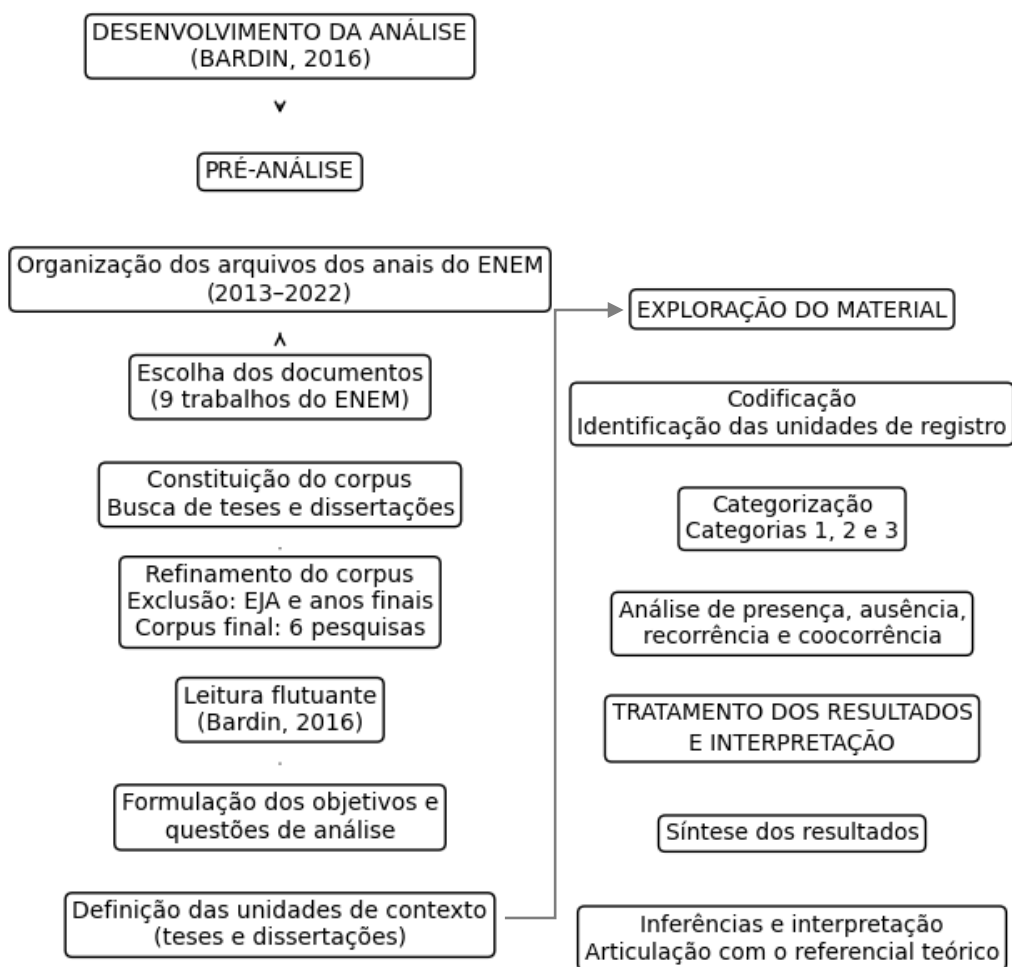
Autor(a)	Ano	Tipo	Título da pesquisa	Categoria(s) analítica(s)	Instituição
Dantas, L. T.	2017	Dissertação	Educação Financeira e consumo consciente: tarefas didáticas nos anos iniciais do Ensino Fundamental	Fundamentações teóricas; Concepções; Abordagens metodológicas	UNIGRANRIO
Santos, L. T. B.	2017	Dissertação	Educação Financeira em livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Fundamentações teóricas; Concepções; Abordagens metodológicas	UFPE
Silva, A. D. P.	2018	Dissertação	Atividades de Educação Financeira em livro didático de Matemática: como professores colocam em prática?	Fundamentações teóricas; Concepções; Abordagens metodológicas	UFPE

Santos, L. T. B.	2023	Tese	Como estudantes de 5º ano refletem sobre temáticas relacionadas à Educação Financeira Escolar?	Fundamentações teóricas; Concepções; Abordagens metodológicas	UFPE
Santos, B. C. M.	2024	Tese	Educação Financeira Escolar e sustentável: um guia didático para os anos iniciais do Ensino Fundamental	Fundamentações teóricas; Concepções; Abordagens metodológicas	IFRJ
Silva, A. P.	2024	Dissertação	Estudo exploratório sobre a noção de lucro com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Fundamentações teóricas; Concepções; Abordagens metodológicas	UFPE

Fonte: Elaboração da autora.

3.6 Considerações éticas

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, que analisa produções acadêmicas de domínio público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa científica, com a devida citação e reconhecimento dos autores e das fontes analisadas. Com o intuito de sistematizar e tornar mais claro o percurso metodológico desenvolvido neste estudo, apresenta-se um fluxograma (Figura 3) que ilustra as principais etapas da pesquisa, desde o levantamento e constituição do corpus até os procedimentos de análise dos dados.

Figura 3: Fluxograma ilustrativo do percurso metodológico da pesquisa

Fonte: Elaboração da autora com base em Bardin (2016)

A partir dos procedimentos metodológicos descritos nesta seção, especialmente do levantamento do corpus e da aplicação da Análise de Conteúdo, foi possível organizar e interpretar os dados produzidos com base nas teses e dissertações selecionadas. Na seção seguinte, apresentam-se e discutem-se os resultados da análise, evidenciando as categorias analíticas construídas e as principais tendências, concepções e abordagens relacionadas à Educação Financeira Escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

Esta seção apresenta uma breve descrição de cada uma das duas teses e quatro dissertações que compõem o corpus documental deste estudo e, posteriormente, as análises realizadas sobre Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

As análises foram conduzidas à luz da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), a partir de um processo sistemático de leitura, categorização e interpretação dos dados, como apresentado na seção 3. Após a etapa de pré-análise e organização do material, foram definidas categorias analíticas que possibilitaram a compreensão dos sentidos atribuídos à Educação Financeira no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando os objetivos e os referenciais teóricos que orientaram cada estudo.

As categorias de análise foram previamente definidas em consonância com o problema e os objetivos desta pesquisa, permitindo examinar, de forma articulada, as bases teóricas que sustentam a Educação Financeira nos anos iniciais, as concepções de Educação Financeira presentes nas pesquisas e as abordagens metodológicas adotadas pelos pesquisadores. Tal organização possibilita não apenas a descrição dos elementos presentes nos estudos, mas, sobretudo, a construção de inferências interpretativas sobre o modo como a temática vem sendo abordada no âmbito acadêmico.

Dessa forma, esta seção está estruturada em três categorias analíticas. A primeira discute as fundamentações teóricas que sustentam a Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A segunda analisa as concepções de Educação Financeira presentes nas pesquisas, destacando as perspectivas formativas, críticas e conceituais adotadas. A terceira categoria trata das abordagens metodológicas utilizadas nos estudos, evidenciando como os pesquisadores têm investigado a temática junto a crianças e professores.

Ao final da seção, apresenta-se uma síntese que articula os principais achados das categorias analisadas, evidenciando contribuições, limites e possibilidades para o fortalecimento da Educação Financeira no contexto da Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

4.1 Breve descrição do corpus documental

4.1.1 Dantas (2017)

A dissertação intitulada Educação Financeira e Consumo Consciente: tarefas didáticas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, de autoria de Luciana Troca Dantas, foi desenvolvida

no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino das Ciências da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), no ano de 2017. O estudo tem como foco a inserção da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especificamente com alunos do 4º ano de uma escola pública do município de Duque de Caxias (RJ), articulando o tema ao consumo consciente e à formação cidadã.

O objetivo central da pesquisa consiste em incentivar atitudes de consumo consciente desde os primeiros anos escolares, promovendo reflexões sobre hábitos de consumo, alimentação saudável, sustentabilidade e tomada de decisões financeiras. Parte-se da hipótese de que o trabalho sistemático com Educação Financeira, quando iniciado precocemente, pode contribuir para mudanças de atitude a longo prazo, favorecendo a autonomia e a consciência crítica dos alunos em relação ao uso de recursos financeiros.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e adota a Engenharia Didática como metodologia de investigação, conforme proposta por Artigue (1988). O percurso metodológico é estruturado nas quatro fases da Engenharia Didática: análises preliminares, concepções e análise a priori, experimentação e análise a posteriori e validação. Como principal procedimento empírico, foi elaborada e aplicada uma sequência didática, composta por atividades lúdicas e contextualizadas, desenvolvidas em encontros semanais com os alunos. Por se tratar de um mestrado profissional, o estudo culmina na construção de um produto educacional, materializado em um livreto infantil intitulado “Posso comprar?”, destinado a apoiar o trabalho pedagógico de professores e estudantes.

No que se refere às fundamentações teóricas, o trabalho apoia-se, principalmente, na Teoria das Situações Didáticas, de Brousseau, compreendendo o aluno como sujeito ativo na construção do conhecimento, capaz de tomar decisões e atribuir sentido às situações propostas. No campo da Educação Financeira, dialoga com documentos e referenciais institucionais, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e orientações da OCDE, além de autores que discutem consumo consciente, sustentabilidade e formação cidadã, como Bauman, Campos, Cerbasi e Nunes. A Educação Financeira é compreendida para além do domínio de técnicas matemáticas, assumindo uma dimensão atitudinal, ética e social, articulada à Educação Matemática.

A descrição deste documento evidencia sua relevância para o corpus da presente pesquisa, uma vez que apresenta uma proposta de inserção da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental articulada à formação para o consumo consciente e à cidadania. O estudo contribui para a compreensão de possibilidades didáticas para o trabalho com a

temática na escola, especialmente por meio da elaboração e desenvolvimento de uma sequência didática fundamentada na Engenharia Didática e na Teoria das Situações Didáticas. Além disso, a pesquisa reforça a perspectiva de que a Educação Financeira Escolar pode ser desenvolvida de forma contextualizada e interdisciplinar, promovendo reflexões sobre hábitos de consumo, sustentabilidade e tomada de decisões desde os primeiros anos de escolarização.

4.1.2 Santos (2017)

A dissertação intitulada *Educação Financeira em livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental: Quais as atividades sugeridas nos livros dos alunos e as orientações presentes nos manuais dos professores?*, de autoria de Laís Thalita Bezerra dos Santos, foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e defendida em 2017. O estudo tem como foco a análise da presença da Educação Financeira Escolar em livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2016, contemplando tanto os livros dos alunos quanto os respectivos manuais dos professores.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar de que maneira a Educação Financeira é abordada nos livros didáticos de Matemática dos anos iniciais, considerando as atividades propostas aos alunos e as orientações fornecidas aos professores nos manuais. Especificamente, a autora busca quantificar as atividades que apresentam potencial para discutir a Educação Financeira, identificar as temáticas nelas envolvidas, verificar a presença ou não de conteúdos matemáticos associados, analisar as atividades à luz dos ambientes de aprendizagem propostos por Skovsmose (2000) e examinar as orientações didático-pedagógicas presentes nos manuais dos professores. Parte-se do entendimento de que os livros didáticos exercem papel central na prática docente, funcionando, muitas vezes, como principal guia para o desenvolvimento das aulas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza documental. O corpus de análise é constituído por 32 livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental, aprovados pelo PNLD 2016, incluindo tanto os livros dos alunos quanto os manuais dos professores. A análise dos dados é realizada a partir de categorias temáticas construídas com base nas atividades identificadas nos livros, tais como desejos versus necessidades, consumo consciente, consumismo, sustentabilidade, valor do dinheiro, tomada de decisão, influência da mídia, economia doméstica e uso do dinheiro. Além disso, as

atividades e orientações são analisadas à luz dos ambientes de aprendizagem de Skovsmose (2000), considerando os paradigmas do exercício e dos cenários para investigação, bem como os contextos da matemática pura, da semirrealidade e da realidade.

A fundamentação teórica do estudo ancora-se, principalmente, na Educação Matemática Crítica, tendo como principal referência, Ole Skovsmose, especialmente no que se refere à noção de cenários para investigação e à defesa de uma educação matemática voltada à formação crítica dos sujeitos. No campo da Educação Financeira Escolar, a autora dialoga com a definição proposta por Silva e Powell (2013), compreendendo a Educação Financeira como um processo educativo que visa à produção de sentidos, ao desenvolvimento da autonomia e à tomada de decisões conscientes no âmbito pessoal, familiar e social. O trabalho também mobiliza discussões sobre sociedade de consumo e consumismo, com contribuições de autores como Bauman (2008), além de documentos institucionais como a ENEF, a BNCC e orientações da OCDE, problematizando os interesses e concepções subjacentes às propostas de inserção da Educação Financeira no contexto escolar.

A descrição deste documento evidencia sua relevância para o corpus da pesquisa, uma vez que permite compreender como a Educação Financeira Escolar vem sendo incorporada, de forma ainda pontual e pouco sistematizada, nos livros didáticos de Matemática dos anos iniciais. O estudo oferece importantes subsídios para categorias analíticas relacionadas à concepção de Educação Financeira Escolar, à relação entre Educação Financeira e Educação Matemática, ao papel dos materiais didáticos na mediação do trabalho docente e às possibilidades de desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas desde os primeiros anos de escolarização.

4.1.3 Silva (2018)

A dissertação intitulada *Atividades de Educação Financeira em livro didático de Matemática: como professores colocam em prática?*, de autoria de Arlam Dielcio Pontes da Silva, foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e defendida em 2018. O estudo investiga como professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental colocam em prática atividades de Educação Financeira propostas em livros didáticos de Matemática, tomando como referência a Educação Matemática Crítica e, em especial, os ambientes de aprendizagem propostos por Skovsmose.

O objetivo geral da pesquisa consiste em investigar, à luz dos ambientes de aprendizagem da Educação Matemática Crítica, como um grupo de professores do 2º ano do Ensino Fundamental elabora e executa aulas de Educação Financeira a partir de atividades presentes em livros didáticos de Matemática. De forma específica, o estudo busca identificar as orientações presentes em documentos oficiais curriculares, analisar os conhecimentos prévios dos professores acerca da Educação Financeira, examinar como atividades com maior e menor potencial para a criação de cenários para investigação são desenvolvidas em sala de aula, bem como compreender o papel atribuído ao manual do professor nesse processo.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza empírica. Participaram do estudo oito professores do 2º ano do Ensino Fundamental, atuantes em três escolas municipais da cidade de Garanhuns, no estado de Pernambuco. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas entrevistas individuais com os docentes, análise de planos de aula elaborados a partir de atividades selecionadas de livros didáticos e observações de aulas de Educação Financeira ministradas pelos professores.

As atividades analisadas foram previamente classificadas quanto ao seu potencial para a criação de cenários para investigação, conforme estudo de Santos (2017). Essa classificação distingue atividades que apresentam maior potencial para promover a reflexão, o diálogo e a problematização — características dos cenários para investigação — daquelas com menor potencial, mais associadas ao paradigma do exercício, com encaminhamentos mais fechados e respostas previstas. A partir dessa distinção, foram selecionadas duas atividades: uma de maior potencial e outra de menor potencial, com o objetivo de analisar como os professores se movimentam entre diferentes ambientes de aprendizagem ao desenvolver aulas de Educação Financeira, à luz da Educação Matemática Crítica.

A fundamentação teórica do estudo ancora-se, predominantemente, na Educação Matemática Crítica, com destaque para as contribuições de Skovsmose, especialmente no que se refere aos conceitos de ambientes de aprendizagem, cenários para investigação, zonas de conforto e zonas de risco. No campo da Educação Financeira Escolar (EFE), o autor dialoga com definições que compreendem a temática para além do ensino do sistema monetário, enfatizando a necessidade de abordagens que promovam reflexão crítica, tomada de decisão e formação cidadã. O trabalho também mobiliza documentos institucionais como a ENEF, a BNCC e orientações da OCDE, além de discussões sobre sociedade de consumo e consumismo, com contribuições de Bauman (2008), articulando tais referenciais a uma perspectiva crítica do ensino de Matemática.

A descrição deste documento evidencia sua relevância para o corpus da presente pesquisa, uma vez que possibilita compreender o papel do professor na mediação das atividades de Educação Financeira propostas em livros didáticos, bem como os limites e potencialidades desses materiais quando analisados a partir de uma perspectiva crítica.

4.1.4 Santos (2023)

A tese intitulada *Como estudantes de 5º ano refletem sobre temáticas relacionadas à Educação Financeira Escolar?* Um olhar na perspectiva dos atos dialógicos, de autoria de Laís Thalita Bezerra dos Santos, foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e defendida em 2023. O estudo investiga a Educação Financeira Escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco nas reflexões de estudantes do 5º ano e na promoção de atos dialógicos em situações de discussão mediadas pelo professor.

O objetivo geral da pesquisa consiste em compreender como estudantes do 5º ano discutem temáticas relacionadas à Educação Financeira Escolar, observando a possível promoção de atos dialógicos do Modelo de Cooperação Investigativa. De modo específico, o estudo busca sondar o que os estudantes pensam sobre diferentes temáticas da Educação Financeira Escolar e identificar, nas discussões propostas, a presença de atos dialógicos, tais como estabelecer contato, perceber, reconhecer, posicionar-se, pensar alto, reformular, desafiar e avaliar. A pesquisa parte do pressuposto de que a Educação Financeira Escolar deve ser compreendida como um processo formativo amplo, que envolve dimensões matemáticas e não matemáticas, articuladas a aspectos éticos, sociais, ambientais e emocionais das decisões financeiras.

Do ponto de vista metodológico, a investigação caracteriza-se como qualitativa, de natureza empírica, desenvolvida com quatro turmas de 5º ano do Ensino Fundamental, pertencentes a quatro escolas da Região Metropolitana do Recife, sendo duas da rede pública e duas da rede privada. Como procedimentos metodológicos, foram organizados quatro momentos de diálogo com os estudantes, intitulados: “Comprar ou não comprar? Pensando nas prioridades”; “Qual celular escolher?”; “Nossos hábitos de consumo e suas influências no planeta”; e “Compras em supermercado”. As discussões ocorreram em momentos coletivos, com toda a turma, e em pequenos grupos, sendo registradas em vídeo para posterior transcrição e análise. A análise dos dados foi orientada pela identificação dos atos dialógicos do Modelo

de Cooperação Investigativa, considerando as interações discursivas estabelecidas entre os estudantes e entre estudantes e professora mediadora.

A fundamentação teórica do estudo ancora-se na Educação Matemática Crítica, com destaque para as contribuições de Skovsmose, especialmente no que se refere ao Modelo de Cooperação Investigativa e aos atos dialógicos como elementos que favorecem a aprendizagem crítica e reflexiva. No campo da Educação Financeira Escolar, a autora dialoga com a definição proposta por Silva e Powell (2013), compreendendo a Educação Financeira como um processo educativo voltado à produção de significados, à autonomia e à tomada de decisões conscientes. O trabalho também mobiliza discussões sobre sociedade de consumo e consumismo, com contribuições de Bauman (2008), além de documentos institucionais como a ENEF, a BNCC e orientações da OCDE, problematizando a inserção da Educação Financeira no contexto escolar e defendendo uma abordagem que ultrapasse o ensino de técnicas da Matemática Financeira, de forma análoga ao que afirma Santos (2017).

A descrição deste documento evidencia sua relevância para o corpus da presente pesquisa, uma vez que aprofunda a compreensão sobre como estudantes dos anos iniciais produzem sentidos acerca da Educação Financeira Escolar em contextos dialógicos. O estudo contribui diretamente para a construção de categorias analíticas relacionadas à concepção de Educação Financeira Escolar, à articulação entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica, à centralidade do diálogo na produção de significados e à consideração de aspectos matemáticos e não matemáticos nas tomadas de decisão financeiras.

4.1.5 Santos (2024)

A tese intitulada Educação Financeira Escolar e Sustentável: um guia didático para os anos iniciais do Ensino Fundamental, de autoria de Bárbara Cristina Mathias dos Santos, foi desenvolvida no âmbito do Doutorado Profissional em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, e defendida em 2024. O estudo tem como foco a Educação Financeira Escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulada à sustentabilidade e à formação integral dos estudantes, tomando como campo empírico escolas do município de Duque de Caxias (RJ).

O objetivo geral da pesquisa consiste em investigar as dimensões epistemológicas, didático-pedagógicas e cognitivas envolvidas no ensino da Educação Financeira Escolar, compreendida a partir de uma perspectiva crítica e sustentável. A autora parte do entendimento de que a Educação Financeira Escolar deve contribuir para a emancipação sociointelectual dos

estudantes, promovendo reflexões sobre o uso consciente dos recursos financeiros, materiais e naturais, bem como sobre as implicações éticas, sociais e ambientais das decisões econômicas cotidianas. A pesquisa propõe, ainda, a construção de um Guia Didático de Educação Financeira Escolar Sustentável como produto educacional, voltado ao apoio da prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No que se refere à metodologia, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, desenvolvida no âmbito de um doutorado profissional. A metodologia central adotada é a Engenharia Didática, estruturada nas etapas de análises preliminares, concepções e análise a priori, experimentação e análise a posteriori, o que permitiu a elaboração, aplicação, avaliação e validação do produto educacional. Como procedimento de investigação, foram desenvolvidas situações didáticas organizadas em torno de eixos temáticos como a origem do dinheiro, o valor das coisas, ética, economia e sustentabilidade, bem como a distinção entre o fundamental e o supérfluo. As atividades foram planejadas e analisadas à luz das respostas, narrativas e experiências dos estudantes participantes, possibilitando compreender os significados produzidos por eles em relação às questões financeiras e sustentáveis.

A fundamentação teórica do trabalho ancora-se, principalmente, na Teoria das Situações Didáticas, de Brousseau, que sustenta a concepção de aprendizagem baseada na resolução de situações-problema, nas quais o estudante assume papel ativo na construção do conhecimento. A Engenharia Didática, conforme Artigue (1998), é utilizada como referencial metodológico articulador entre teoria, prática pedagógica e análise dos dados. No campo da Educação Financeira Escolar, o estudo dialoga fortemente com a proposta curricular de Silva e Powell (2013), especialmente no que se refere à distinção entre Educação Financeira Escolar e Matemática Financeira, defendendo a primeira como um campo mais amplo, de natureza crítica, ética e social, que extrapola o ensino de técnicas de cálculo. Além disso, a pesquisa incorpora contribuições teóricas de autores como Bauman (2008), ao problematizar a sociedade de consumo e o consumismo, e referencia documentos institucionais como a ENEF, a BNCC e orientações da OCDE, articulando-os a uma perspectiva crítica de educação e sustentabilidade.

A descrição deste documento evidencia sua relevância para o corpus da presente pesquisa, uma vez que amplia a compreensão da Educação Financeira Escolar nos anos iniciais ao articulá-la explicitamente à sustentabilidade e à formação crítica dos estudantes. O estudo contribui para o entendimento das dimensões epistemológicas e didático-pedagógicas que sustentam práticas de Educação Financeira na escola, além de oferecer subsídios para a análise

de propostas didáticas fundamentadas na Engenharia Didática e na Teoria das Situações Didáticas. Dessa forma, a pesquisa reforça a concepção de Educação Financeira Escolar como um campo educativo que ultrapassa o ensino de cálculos financeiros, envolvendo reflexões éticas, sociais e ambientais nas decisões econômicas cotidianas.

4.1.6 Silva (2024)

A dissertação intitulada Estudo exploratório sobre a noção de lucro com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, de autoria de Aryelle Patrícia da Silva, foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e defendida em 2024. O estudo insere-se no campo da Psicologia Cognitiva, com interface direta com a Educação Matemática e a Educação Financeira Escolar, investigando como estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental compreendem a noção de lucro em diferentes situações financeiras.

O objetivo geral da pesquisa consiste em examinar a compreensão do conceito de lucro por crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas da cidade do Recife, a partir de situações que envolvem julgamentos financeiros. Como objetivos específicos, o estudo busca verificar quais elementos do mundo financeiro são mobilizados pelos estudantes ao refletirem sobre lucro, identificar os fatores considerados na avaliação de valores de venda que gerem lucro e analisar possíveis diferenças de raciocínio quando os participantes são confrontados com situações de lucro relacionadas à venda de produtos e de serviços. A pesquisa parte do pressuposto de que a noção de lucro constitui um conceito central no pensamento financeiro, articulando outros conceitos econômicos relevantes e contribuindo para a administração do raciocínio financeiro desde a infância.

Do ponto de vista metodológico, a investigação caracteriza-se como qualitativa, de natureza empírica e exploratória. Participaram do estudo 80 estudantes dos 3º e 5º anos do Ensino Fundamental, sendo 40 de cada ano escolar, todos oriundos de escolas públicas da cidade do Recife. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais, organizadas em dois blocos de atividades. No primeiro bloco, os estudantes foram convidados a realizar associações livres de palavras relacionadas ao termo lucro, verbalizando seus pensamentos. No segundo bloco, os participantes analisaram seis situações de julgamento envolvendo decisões de venda com intenção de obter lucro, sendo três situações referentes à venda de produtos e três à venda de serviços. A análise dos dados envolveu tanto o desempenho

dos estudantes quanto as justificativas apresentadas, combinando procedimentos de categorização qualitativa e análise estatística descritiva.

A fundamentação teórica do estudo ancora-se, principalmente, na Teoria dos Campos Conceituais, de Vergnaud, compreendendo a formação de conceitos como um processo progressivo, construído a partir da interação do sujeito com diferentes situações, esquemas, invariantes operatórios e representações. A noção de lucro é tratada como um campo conceitual complexo, que mobiliza diversos conceitos inter-relacionados, como dinheiro, custo, ganho, venda e serviço. No campo da Educação Financeira Escolar, o trabalho dialoga com autores como Silva e Powell (2013) e Pessoa, Muniz Jr. e Kistemann Jr. (2018), além de documentos institucionais como a ENEF, a BNCC e orientações da OCDE, defendendo a importância da inserção da Educação Financeira desde os anos iniciais de escolarização, articulada a processos cognitivos, sociais e educacionais mais amplos.

A descrição deste documento evidencia sua relevância para o corpus da presente pesquisa, uma vez que contribui para a compreensão dos processos cognitivos envolvidos na formação do conceito de lucro em crianças, ampliando o diálogo entre Psicologia Cognitiva, Educação Matemática e Educação Financeira Escolar. O estudo oferece subsídios importantes para construção de categorias analíticas relacionadas à concepção de Educação Financeira Escolar, à formação de conceitos financeiros, à distinção entre diferentes tipos de situações econômicas e às formas de raciocínio mobilizadas por estudantes dos anos iniciais.

Na subseção seguinte, são apresentados e discutidos os resultados referentes à primeira categoria analítica construída a partir da Análise de Conteúdo. Essa categoria reúne as fundamentações teóricas que sustentam as pesquisas analisadas sobre Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, evidenciando os referenciais mobilizados pelos autores para compreender a temática. A análise busca identificar os principais aportes teóricos utilizados, bem como os campos do conhecimento que fundamentam as discussões, contribuindo para a compreensão das bases conceituais que orientam as produções acadêmicas investigadas.

4.2 Categoria 1: Fundamentações teóricas que sustentam a Educação Financeira nos anos iniciais

Esta categoria tem como objetivo analisar as fundamentações teóricas mobilizadas nas teses e dissertações que compõem o corpus da pesquisa, buscando compreender quais referenciais teóricos sustentam a inserção da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino

Fundamental. Metodologicamente, as pesquisas analisadas foram consideradas como unidades de contexto, enquanto os referenciais teóricos e campos conceituais explicitamente mobilizados pelos autores foram tratados como unidades de registro, conforme a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016).

A análise evidencia que as produções investigadas se fundamentam, majoritariamente, em referenciais que concebem a Educação Financeira como um processo formativo, crítico e contextualizado, distanciando-se de abordagens estritamente técnicas ou instrumentais. Dentre os seis trabalhos analisados, observa-se a predominância da Educação Matemática Crítica como eixo teórico estruturante (Skovsmose, 2000; 2014), articulada, em alguns estudos, a outros referenciais que contribuem para a compreensão da construção do pensamento financeiro e econômico das crianças. Essa recorrência indica uma tendência de compreender a Educação Financeira como parte de um projeto educativo voltado à formação cidadã, crítica e reflexiva.

Além disso, embora não apareçam explicitamente como referenciais teóricos centrais em todos os estudos, discussões relacionadas ao desenvolvimento do pensamento econômico infantil emergem como suporte interpretativo para a compreensão dos dados, evidenciando que crianças são capazes de refletir, argumentar e tomar decisões em situações financeiras desde os primeiros anos de escolarização.

4.2.1 Educação Matemática Crítica como unidade de registro predominante

A Educação Matemática Crítica (EMC) constitui a principal unidade de registro identificada nesta categoria, aparecendo de forma explícita nas unidades de contexto correspondentes aos estudos de Dantas (2017), Santos (2017; 2023), Silva (2018) e Santos (2024). Fundamentada nos pressupostos de Skovsmose, a Educação Matemática Crítica compreende a Matemática como uma prática social, uma vez que, segundo o autor, ela está “inserida em contextos sociais, culturais e políticos, sendo permeada por valores, interesses e relações de poder” (Skovsmose, 2014, p. 18). Nessa perspectiva, o ensino de Matemática deixa de ser entendido como neutro ou puramente técnico e passa a assumir um papel formativo voltado à construção da criticidade e da cidadania.

Nas pesquisas analisadas, a Educação Financeira é concebida como um espaço privilegiado para o desenvolvimento da criticidade, da reflexão e da tomada de decisão consciente, em consonância com a ideia de que o ensino de Matemática deve possibilitar aos sujeitos a “leitura do mundo” e a interpretação crítica da realidade social (Skovsmose, 2014).

Como também afirmam outros autores:

A complexidade do sistema financeiro exige do indivíduo-consumidor tomadas de decisão cada vez mais detalhadas e criteriosas diante de um sistema de financeirização e mundialização financeira que não permite baixas literacias financeiras. (Pessoa; Kistemann Jr., 2024, p.11)

Ao discutir os cenários para investigação, Skovsmose (2014, p. 49) afirma que eles permitem que os estudantes “questionem, reflitam e tomem decisões diante de situações que envolvem incertezas, escolhas e consequências”, o que se mostra diretamente relacionado às propostas de Educação Financeira nos anos iniciais presentes nas pesquisas do corpus.

No estudo de Dantas (2017), essa unidade de registro se materializa na elaboração de tarefas didáticas voltadas ao consumo consciente. A autora evidencia que o trabalho com Educação Financeira possibilita estimular reflexões nos alunos sobre consumo, escolhas e responsabilidade social, favorecendo a construção de uma postura crítica diante das práticas de consumo, o que ela apresenta como “plantar a sementinha em cada criança” (Dantas, 2017, p. 18). De modo semelhante, Santos (2017) destaca que a articulação entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica favorece a problematização de situações do cotidiano, pois permite ao estudante analisar situações reais que envolvem decisões financeiras, indo além da execução de cálculos e, dessa forma, “[...] possibilitar que o aluno entenda tais nomenclaturas para conseguir melhor avaliar suas atitudes antes de efetuar uma compra, sabendo analisar as opções com mais clareza e criticidade” (Santos, 2017, p. 125).

Silva (2018), por sua vez, reforça essa perspectiva ao afirmar que o trabalho com Educação Financeira pode criar cenários para investigação, nos quais os estudantes são convidados a discutir, argumentar e refletir sobre situações financeiras presentes em seu contexto social. Nessa unidade de contexto, a Educação Matemática Crítica sustenta a análise das práticas docentes, evidenciando como atividades com diferentes potenciais investigativos podem favorecer ou limitar a construção da criticidade.

A partir dessa recorrência, observa-se que a Educação Financeira ultrapassa o ensino de conceitos matemáticos ou financeiros isolados, assumindo um papel formativo relacionado à compreensão das relações de consumo, à análise de situações econômicas e à participação consciente na vida social. Essa compreensão é explicitada por Dantas (2017), ao afirmar que a Educação Financeira escolar deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de “analisar criticamente práticas de consumo e tomar decisões responsáveis em diferentes contextos da vida cotidiana” (Dantas, 2017, p. 43). De forma convergente, Santos (2023) destaca que a Educação Financeira, fundamentada na Educação Matemática Crítica, possibilita aos

estudantes “refletir sobre suas escolhas financeiras, considerando aspectos sociais, éticos e coletivos” (Santos, 2023, p. 62).

Santos (2024) reforça essa unidade de registro ao propor um guia didático de Educação Financeira Escolar Sustentável, fundamentado na Educação Matemática Crítica e na Teoria das Situações Didáticas, evidenciando o potencial da temática para a formação cidadã. Segundo a autora, a Educação Financeira Escolar Sustentável deve ser compreendida como um processo formativo que visa contribuir para a emancipação dos sujeitos, promovendo reflexões sobre o uso consciente dos recursos financeiros, materiais e naturais.

Cabe destacar que, entre as unidades de contexto analisadas, o estudo de Silva (2024) não adota a Educação Matemática Crítica como referencial teórico central. Nesse trabalho, a fundamentação teórica está ancorada em aportes da psicologia cognitiva e em discussões sobre a compreensão conceitual do lucro, com foco nos processos de construção do pensamento econômico das crianças. Por essa razão, essa pesquisa não foi incluída nesta subcategoria, uma vez que, conforme orienta Bardin (2016), a construção das categorias deve respeitar a recorrência e a pertinência dos elementos efetivamente mobilizados no corpus. Ainda assim, o estudo mantém relevância para a análise em outras categorias, contribuindo de forma complementar para os objetivos da pesquisa.

Dessa forma, pode-se inferir que a predominância da Educação Matemática Crítica como unidade de registro indica que a Educação Financeira nos anos iniciais é majoritariamente compreendida, nas pesquisas analisadas, como uma formação crítica e cidadã, orientada para a tomada de decisão consciente e para a leitura do mundo, e não como um ensino técnico restrito ao domínio de cálculos.

4.2.2 Aspectos do desenvolvimento do pensamento econômico como suporte à unidade de registro complementar

Além da Educação Matemática Crítica, identificou-se como unidade de registro complementar a mobilização de discussões relacionadas ao desenvolvimento do pensamento econômico infantil. Essa unidade aparece articulada às análises centrais nas unidades de contexto correspondentes aos estudos de Dantas (2017), Santos (2017; 2023) e Silva (2018), nos quais se evidencia que crianças dos anos iniciais são capazes de refletir sobre situações econômicas a partir de suas experiências sociais e escolares, especialmente quando inseridas em práticas educativas contextualizadas.

Tal compreensão dialoga com a concepção de Educação Financeira Escolar defendida por Silva e Powell (2013), para os quais a Educação Financeira:

Constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (Silva; Powell, 2013, p. 13).

Dantas (2017), ao desenvolver tarefas didáticas voltadas ao consumo consciente, aponta que as crianças demonstram capacidade de “refletir sobre escolhas de consumo e justificar suas decisões a partir de situações vivenciadas no cotidiano” (Dantas, 2017, p. 64), o que revela indícios da mobilização de raciocínios econômicos desde cedo.

De forma convergente, Santos (2017) destaca que as atividades de Educação Financeira presentes nos livros didáticos possibilitam aos estudantes estabelecer relações entre situações financeiras e suas vivências, atribuindo significados às escolhas envolvidas. A autora afirma que:

É preciso garantir que os indivíduos tenham conhecimento acerca das diversas situações financeiras nas quais estão envolvidos cotidianamente, de modo que eles, se passarem por situações de má administração do dinheiro, entre outras, o façam com consciência de que existem formas mais adequadas de lidar com as finanças, ou seja, que sejam dadas condições para que as tomadas de decisão sejam conscientes. (Santos, 2017, p. 17)

Essas contribuições reforçam a compreensão de que o pensamento econômico se desenvolve de forma gradual e contextualizada, sendo influenciado pelas interações sociais e pelas práticas educativas. Essa perspectiva é corroborada por Santos (2023), ao afirmar que as reflexões mobilizadas em atividades de Educação Financeira permitem que os estudantes construam sentidos para conceitos financeiros a partir do diálogo, da argumentação e da análise de situações concretas, reafirmando

[...] a importância de que a EF seja discutida desde os anos iniciais, com crianças e adolescentes demonstrando que estudantes de toda a Educação Básica apresentam condições de compreender discussões relacionadas à temática em pauta, contando que elas sejam ajustadas à faixa etária deles. (Santos, 2023, p. 31).

Nesse sentido, os estudos analisados indicam que a Educação Financeira, quando trabalhada de maneira contextualizada e adequada à faixa etária, dialoga com as capacidades

cognitivas das crianças e contribui para a ampliação de sua compreensão sobre o mundo econômico. Silva (2018) ressalta que práticas pedagógicas que envolvem situações financeiras do cotidiano possibilitam que os estudantes argumentem, questionem e tomem decisões, mobilizando conhecimentos que ultrapassam a simples execução de cálculos, destacando que

[...] Campos e Silva (2013) [...] encontram resultado satisfatório no que se refere a uma reflexão crítica por parte dos estudantes na tomada de decisão financeira e controle dos gastos, destacando ainda que os estudantes fazem relação de suas decisões a partir das experiências vividas com sua família. (Silva, 2018, p. 54)

A partir dessas recorrências, elabora-se a seguinte inferência: mesmo quando o foco das pesquisas não é explicitamente cognitivo, os estudos analisados indicam que crianças dos anos iniciais mobilizam formas de pensamento econômico em situações financeiras, o que reforça a necessidade e a relevância da Educação Financeira desde os primeiros anos de escolarização.

4.3 Categoria 2: Concepções de Educação Financeira presentes nas pesquisas

Esta categoria analisa as concepções de Educação Financeira presentes nas teses e dissertações que compõem o corpus da pesquisa, buscando compreender como a Educação Financeira é concebida nos estudos analisados e quais sentidos são atribuídos a essa temática no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

De modo geral, observa-se que a Educação Financeira é compreendida, nas pesquisas analisadas, como um processo educativo que envolve a construção de atitudes, valores, conceitos e formas de tomada de decisão, articulando dimensões cognitivas, sociais e éticas. Essa compreensão é evidenciada, por exemplo, no estudo de Dantas (2017), ao propor atividades didáticas voltadas à reflexão sobre consumo consciente, sustentabilidade e escolhas financeiras cotidianas, nas quais os estudantes são convidados a discutir prioridades, necessidades e consequências de suas decisões de compra.

De forma semelhante, Santos (2017) identifica, na análise de livros didáticos e manuais do professor, atividades que abordam temáticas como desejos versus necessidades, consumo consciente, influência da mídia e tomada de decisão, indicando que a Educação Financeira é tratada para além do ensino de procedimentos matemáticos, mobilizando valores e atitudes relacionadas ao consumo. Já em Santos (2023), essa concepção se manifesta nas discussões dialógicas promovidas com estudantes do 5º ano, nas quais emergem reflexões sobre escolhas financeiras, impactos sociais e ambientais do consumo e critérios utilizados pelos alunos para justificar suas decisões.

Nos estudos de Silva (2018; 2024), a Educação Financeira também é compreendida como um processo formativo amplo. Em Silva (2018), essa perspectiva aparece na análise das práticas docentes ao desenvolver atividades com maior e menor potencial para construção de cenários para investigação, evidenciando a centralidade da tomada de decisão e da reflexão crítica nas aulas de Educação Financeira. Em Silva (2024), a análise da noção de lucro mostra que as crianças mobilizam diferentes conceitos e critérios ao avaliar situações financeiras, articulando aspectos matemáticos, sociais e contextuais. Por fim, Mathias dos Santos (2024) reforça essa compreensão ao defender uma Educação Financeira Escolar sustentável, orientada para a formação integral dos estudantes, ao articular o uso consciente de recursos financeiros, materiais e naturais a dimensões éticas e sociais das decisões econômicas.

4.3.1 Educação Financeira como prática crítica e formativa como unidade de registro

Esta subseção tem como objetivo analisar como as pesquisas investigadas concebem a Educação Financeira Escolar como uma prática crítica e formativa, voltada à reflexão sobre o consumo, as escolhas financeiras e a responsabilidade social desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. Busca-se evidenciar de que maneira essa concepção se manifesta nas produções analisadas, bem como os referenciais teóricos que sustentam tal compreensão, especialmente no diálogo com a Educação Matemática Crítica.

A análise do corpus evidencia que a Educação Financeira é concebida, predominantemente, como uma prática crítica e formativa, voltada à reflexão sobre consumo, escolhas, planejamento e responsabilidade social. Essa unidade de registro emerge de forma recorrente nas teses e dissertações analisadas, nas quais a Educação Financeira é apresentada como um campo que ultrapassa o ensino de procedimentos técnicos e se orienta para a formação de sujeitos capazes de analisar situações do cotidiano e tomar decisões conscientes. Tal compreensão encontra respaldo nos pressupostos da Educação Matemática Crítica, segundo os quais o ensino deve possibilitar aos estudantes a análise crítica de situações do cotidiano, problematização de contextos socialmente situados e a tomada de decisões conscientes (Skovsmose, 2014).

Nesse sentido, Silva e Powell (2013) apresentam uma definição da Educação Financeira Escolar que sustenta essa concepção ao compreendê-la como um processo formativo voltado à análise crítica das questões financeiras que permeiam a vida dos estudantes.

Constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino,

que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem. (Silva; Powell, 2013, p. 13)

Essa concepção se manifesta de maneira clara na dissertação de Dantas (2017), na qual a Educação Financeira, quando trabalhada desde os anos iniciais, contribui para a formação de sujeitos capazes de refletir sobre suas práticas de consumo e sobre as consequências de suas escolhas no contexto social. Em seu estudo, a autora destaca que as atividades propostas possibilitam aos alunos repensar hábitos de consumo e desenvolver atitudes mais responsáveis, evidenciando uma compreensão da Educação Financeira para além do domínio técnico de conteúdos matemáticos. “Ela é um processo em que os indivíduos melhoram sua compreensão sobre produtos financeiros e, com informações claras, podem tomar decisões conscientes, diminuindo as chances de endividamento.” (Dantas, 2017, p. 37).

De forma convergente, Santos (2017) defende que a Educação Financeira, articulada ao ensino de Matemática, deve favorecer a problematização de situações reais, permitindo que os estudantes analisem contextos financeiros presentes em seu cotidiano. Segundo a autora, esse trabalho possibilita que os alunos atribuam sentido às situações financeiras, relacionando-as com suas experiências de vida. Essa perspectiva reforça o caráter formativo da Educação Financeira, entendida como prática educativa que contribui para a leitura crítica do mundo e para a construção de atitudes conscientes diante das decisões econômicas.

A compreensão de que a Educação Financeira é um conceito muito mais amplo que o investimento do dinheiro ou a utilização de produtos financeiros, por exemplo, tendo relação com uma conscientização efetiva que busque promover uma melhoria de atitudes. (Santos, 2017, p. 33).

Essa mesma unidade de registro também se manifesta na dissertação de Silva (2018), na qual a Educação Financeira é compreendida como um espaço de diálogo, argumentação e reflexão, favorecendo a criação de cenários para investigação. O autor evidencia que, ao serem convidados a discutir e justificar decisões em situações financeiras, os estudantes mobilizam reflexões que extrapolam a execução de cálculos, posicionando-se criticamente diante das situações analisadas.

Concordamos com a relevante importância das reflexões levantadas por elas no que concerne à necessidade de levar para dentro da escola a Educação Financeira, de modo que sejam considerados o contexto e o sujeito a ser educado financeiramente. (Silva, 2018, p. 69).

A recorrência dessa concepção nas produções analisadas indica que a Educação Financeira Escolar tem sido majoritariamente compreendida como uma prática crítica e formativa, comprometida com a formação cidadã, a autonomia e a tomada de decisão consciente desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa compreensão reforça a ideia de que a inserção da Educação Financeira nessa etapa de ensino deve favorecer a análise crítica de situações do cotidiano, contribuindo para a construção de sujeitos capazes de compreender e intervir de forma responsável nas relações econômicas que permeiam a vida social.

4.3.2 Educação Financeira como formação conceitual como unidade de registro

Esta subseção tem como objetivo analisar como as pesquisas investigadas concebem a Educação Financeira Escolar como um espaço de formação conceitual, especialmente no que se refere à construção e à compreensão de conceitos como lucro, consumo, valor, preço e planejamento desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. Busca-se evidenciar de que maneira essa concepção se manifesta de forma recorrente nas produções analisadas, destacando a importância de experiências educativas sistematizadas que possibilitem aos estudantes a construção progressiva desses conceitos.

A análise do corpus evidencia que, além do caráter crítico e formativo, a Educação Financeira é concebida, em parte significativa das pesquisas analisadas, como um campo que contribui para a formação conceitual dos estudantes. Essa unidade de registro emerge a partir da compreensão de que os conceitos financeiros não são apreendidos de forma imediata ou abstrata, mas construídos progressivamente por meio de situações didáticas que dialogam com as experiências e os conhecimentos prévios das crianças. Nessa perspectiva, a Educação Financeira Escolar é compreendida como um espaço que favorece a atribuição de sentidos aos conceitos financeiros, articulando vivências cotidianas, reflexão e sistematização conceitual.

Essa concepção encontra respaldo em estudos que defendem que os conceitos adquirem significado para as crianças a partir das situações nas quais são mobilizados, permitindo que os estudantes recorram a competências já desenvolvidas ou construam novas formas de compreensão por meio da reflexão, da exploração e da argumentação.

É por meio das situações que um conceito adquire sentido para as crianças. Ao realizar as tarefas, o aluno pode buscar em seu repertório as classes de situações de que ele já dispõe, ou seja, utilizar as competências que ele já domina ou, por não dispor de uma classe de situações para realizar a tarefa proposta, fazer o uso da reflexão, exploração, hesitações, tentativas frustradas que o levarão ao sucesso ou ao fracasso. (Lorencini; Nogueira; Rezende, 2020, p. 638).

A recorrência dessa concepção também se manifesta na tese de Santos (2023), na qual a Educação Financeira é analisada a partir das reflexões de estudantes do 5º ano sobre diferentes temáticas financeiras. A autora evidencia que os alunos mobilizam conceitos financeiros por meio do diálogo e da argumentação, indicando que a Educação Financeira contribui para a formação conceitual quando trabalhada de forma adequada à faixa etária e ao contexto social dos estudantes. No estudo analisado, os conceitos não são apresentados de maneira isolada ou meramente técnica, mas construídos a partir de situações que permitem aos estudantes interpretar, justificar e ressignificar suas compreensões sobre questões financeiras.

A partir dessa análise, infere-se que as pesquisas investigadas concebem a Educação Financeira Escolar como um espaço de formação conceitual progressiva, no qual a construção de noções financeiras fundamentais ocorre de forma articulada às experiências vividas pelos estudantes. Essa concepção reforça a importância da inserção da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, compreendendo essa etapa como um período propício para a construção de conceitos que servirão de base para aprendizagens futuras e para a participação consciente dos sujeitos nas práticas econômicas e sociais.

4.3.3 Temáticas recorrentes da Educação Financeira nos anos iniciais

A análise das teses e dissertações que compõem o corpus deste estudo evidencia que a Educação Financeira, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é abordada a partir de um conjunto relativamente consistente de conceitos fundamentais, os quais se articulam às experiências cotidianas das crianças. Esses conceitos foram identificados como unidades de registro, conforme a metodologia da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), sendo analisados no interior de cada pesquisa considerada como unidade de contexto.

As unidades de registro identificadas foram submetidas a uma mesma estrutura de análise, composta pelas seguintes dimensões: definição operacional do conceito em cada pesquisa; presença ou ausência do conceito nos estudos analisados; frequência qualitativa de ocorrência; coocorrência com outros conceitos; registro das ausências significativas; e inferências parciais decorrentes da análise. Esse procedimento possibilitou comparar como os diferentes estudos mobilizam determinados conceitos e quais sentidos lhes são atribuídos no tratamento da Educação Financeira nos anos iniciais.

Entre os principais conceitos mobilizados nas pesquisas analisadas, destacam-se: consumo e consumo consciente, lucro, desejos e necessidades, tomada de decisão,

planejamento e valores éticos, os quais estruturam as discussões sobre Educação Financeira Escolar e orientam as análises apresentadas nesta categoria.

4.3.3.1 Unidade de registro 1: Consumo/ Consumo Consciente

No âmbito das pesquisas analisadas, a unidade de registro consumo/consumo consciente é compreendida como a problematização das práticas de aquisição e uso de bens e serviços, envolvendo a reflexão sobre escolhas, necessidades, desejos e as consequências sociais, éticas e, em alguns casos, ambientais dessas escolhas. Essa unidade ultrapassa a dimensão estritamente econômica do consumo, uma vez que, nas pesquisas analisadas, não se restringe à discussão sobre preços, gastos ou cálculos financeiros, mas é mobilizada como elemento formativo no contexto da Educação Financeira Escolar, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Tal compreensão é evidenciada, por exemplo, no estudo de Dantas (2017), ao propor atividades didáticas voltadas à reflexão sobre hábitos de consumo, sustentabilidade e responsabilidade social, nas quais os estudantes são convidados a analisar situações de compra considerando prioridades, consequências e impactos de suas escolhas. De modo semelhante, Mathias dos Santos (2024) articula o consumo à perspectiva da Educação Financeira Escolar Sustentável, enfatizando a necessidade de refletir sobre o uso consciente dos recursos financeiros, materiais e naturais, o que amplia o conceito para além do aspecto econômico, consonantemente com o que ressalta Bauman (2013), o consumo compulsivo não visa “satisfazer necessidades existentes, mas criar outras, ao mesmo tempo em que mantém as necessidades já entranhadas ou permanentemente irrealizadas”.

Essa unidade de registro também aparece de forma recorrente, articulada a outras unidades, nos estudos de Santos (2017), Silva (2018), Santos (2023) e Silva (2024), nos quais o consumo é discutido em relação à tomada de decisão, aos valores envolvidos nas escolhas financeiras e às experiências sociais dos estudantes. Nesses trabalhos, o consumo é abordado como prática social situada, relacionada ao cotidiano das crianças e às influências familiares, escolares e midiáticas, reforçando seu caráter formativo.

Observa-se que a unidade de registro consumo/consumo consciente está presente de forma explícita em cinco das seis pesquisas analisadas, seja como eixo central (Dantas, 2017; Mathias dos Santos, 2024), seja de maneira recorrente, articulada a outras unidades de registro (Santos, 2017; Silva, 2018; Santos, 2023; Silva, 2024), estando ausente apenas em investigações cujos focos teóricos e metodológicos se orientam por outros eixos conceituais.

Essa distribuição indica que o consumo constitui uma das principais unidades de registro mobilizadas nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais, embora não se configure como um elemento comum a todas as investigações do corpus.

Em Dantas (2017), o consumo consciente configura-se como eixo estruturante da proposta pedagógica. A autora afirma que as atividades desenvolvidas buscam possibilitar que as crianças reflitam sobre suas escolhas de consumo e compreendam as consequências dessas escolhas para si mesmas e para a sociedade, pois uma “Educação voltada para o consumo responsável pressupõe que a sociedade como um todo seja envolvida, incluindo valores como ética e preocupação com os recursos naturais.” (Dantas, 2017, p. 88).

Nesse estudo, o consumo aparece diretamente associado à formação de atitudes responsáveis, caracterizando-se como unidade de registro central.

De modo convergente, Mathias dos Santos (2024) compreende o consumo a partir de uma perspectiva ampliada, articulando-o à sustentabilidade e à responsabilidade social. A autora defende que a Educação Financeira Escolar Sustentável deve promover reflexões críticas sobre o uso responsável dos recursos financeiros, materiais e naturais, evidenciando o consumo como prática ética e socialmente situada.

A proposta que trata dos bens individuais e bens coletivos foi uma atividade que permitiu verificar novas aprendizagens por parte dos alunos, principalmente os mais novos que não conheciam a questão da sustentabilidade, origem dos materiais e o uso responsável dos bens coletivos. (Mathias dos Santos, 2024, p. 109)

Nos estudos de Santos (2017) e Silva (2018, 2024), o consumo aparece de forma recorrente, porém articulado a outras unidades de registro. Santos (2017) destaca que as atividades de Educação Financeira presentes nos livros didáticos permitem que os estudantes relacionem situações de consumo ao seu cotidiano, atribuindo sentido às escolhas envolvidas.

O importante, assim, é desenvolver nos alunos olhar crítico e reflexivo, de modo que eles saibam entender, dentre outros, a influência da mídia, bem como os seus apelos consumistas, a importância de que os gastos sejam planejados, a consciência de que a qualquer momento pode haver uma emergência e que é interessante que as pessoas tenham algum dinheiro guardado para tal, dentre outros aspectos, fazendo escolhas conscientes. (Santos, 2017, p. 23)

Já Silva (2018) evidencia que situações de consumo são utilizadas como contextos para a problematização, favorecendo discussões, argumentações e tomadas de decisão em sala de aula.

Em Santos (2023), o consumo não constitui o foco central da pesquisa, mas surge como contexto para a mobilização de reflexões dos estudantes acerca de situações financeiras, aparecendo articulado ao diálogo, à argumentação e à análise de escolhas.

A unidade de registro consumo/consumo consciente apresenta coocorrência significativa com outras unidades identificadas no corpus de análise, e esse conceito aparece frequentemente articulado às unidades desejos e necessidades, tomada de decisão e valores éticos, o que evidencia uma abordagem integrada da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos estudos de Dantas (2017), Santos (2017) e Mathias dos Santos (2024), a coocorrência entre consumo e desejos e necessidades revela a preocupação em problematizar as escolhas de consumo a partir da distinção entre aquilo que é essencial e o que é supérfluo. Já a articulação entre consumo e tomada de decisão, presente nos trabalhos de Dantas (2017), Silva (2018), Santos (2023) e Silva (2024), evidencia a centralidade das escolhas financeiras conscientes como eixo formativo das propostas analisadas. Além disso, a coocorrência com a unidade valores éticos, observada especialmente em Dantas (2017) e Mathias dos Santos (2024), reforça a compreensão do consumo como prática social permeada por responsabilidades individuais e coletivas.

Essas coocorrências indicam que o consumo é majoritariamente tratado de forma integrada a reflexões sobre escolhas, valores e responsabilidade social, reforçando seu caráter formativo no contexto da Educação Financeira Escolar. Tal integração evidencia que as pesquisas analisadas não abordam o consumo de maneira isolada, mas o situam em um conjunto mais amplo de discussões que envolvem aspectos sociais, éticos e educativos.

No que se refere ao registro das ausências, não se identificou ausência da unidade de registro consumo/consumo consciente em nenhuma das pesquisas que compõem o corpus de análise. Essa presença em todas as investigações reforça a pertinência desse conceito para a Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, indicando seu papel estruturante nas discussões propostas pelos autores.

A partir dessa análise, elabora-se a seguinte inferência parcial: a unidade de registro consumo/consumo consciente ocupa lugar central nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, configurando-se como uma das principais estratégias para aproximar a temática do cotidiano infantil. Sua recorrência e suas coocorrências com outras unidades de registro indicam que o consumo é compreendido predominantemente como prática social e educativa, e não apenas como ato econômico, aspecto evidenciado ainda mais pela presença desse conceito em todas as pesquisas analisadas.

4.3.3.2 Unidade de registro 2: Lucro

A unidade de registro lucro, a partir dos autores analisados, pode ser compreendida como o resultado positivo obtido a partir da relação entre custos, receitas e escolhas financeiras, podendo ser abordada tanto como conceito matemático quanto como conceito econômico e socialmente situado. Nas investigações que compõem o corpus, o lucro não é tratado apenas como um cálculo aritmético, mas como uma noção que envolve decisões, interpretações de situações econômicas e, em alguns casos, reflexões de natureza ética. Essa unidade aparece associada à Educação Financeira, sobretudo, no que se refere à formação conceitual progressiva e à compreensão de situações econômicas presentes no cotidiano, ainda que sua mobilização não seja homogênea entre os estudos analisados.

A análise do corpus evidencia que a unidade de registro lucro apresenta baixa recorrência explícita nas pesquisas investigadas. Observa-se que esse conceito está presente de forma central em apenas uma das pesquisas analisadas, aparece de maneira indireta em outro estudo e encontra-se ausente nos demais trabalhos. Essa distribuição indica que o lucro não constitui um eixo estruturante da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental na maioria das pesquisas, estando concentrado em investigações voltadas especificamente à compreensão conceitual do fenômeno econômico.

No estudo de Silva (2024), o lucro é investigado sob uma perspectiva cognitiva, com foco na análise de como estudantes dos anos iniciais constroem significados para esse conceito. A autora evidencia que a compreensão do lucro ocorre de maneira progressiva, indicando que os estudantes mobilizam diferentes esquemas de pensamento ao interpretar situações que envolvem ganho financeiro. Nesse contexto, o lucro é analisado como objeto de compreensão conceitual, desvinculado de práticas pedagógicas específicas de Educação Financeira Escolar nos anos iniciais.

No entanto, é importante ressaltar que a associação do lucro com o dinheiro não se limita a uma única interpretação. As respostas dos participantes sugerem uma variedade de entendimentos, desde a noção de ganho financeiro até a compreensão do Lucro como uma oportunidade para adquirir bens e serviços desejados (Silva, 2024, p. 69).

No estudo de Santos (2023), o conceito de lucro não constitui foco central da investigação, mas aparece de forma indireta, associado às discussões sobre escolhas financeiras e tomada de decisão. A autora indica que, ao refletirem sobre situações financeiras, os

estudantes mobilizam ideias relacionadas a ganhos e perdas, ainda que o termo lucro não seja explicitamente conceituado. Nesse caso, o lucro é analisado como objeto de compreensão conceitual, desvinculado de práticas pedagógicas específicas de Educação Financeira Escolar nos anos iniciais. (Santos, 2023, p. 42)

Por outro lado, nas pesquisas de Dantas (2017), Santos (2017), Silva (2018) e Mathias dos Santos (2024), o conceito de lucro não aparece de forma explícita. Nesses estudos, a Educação Financeira é abordada prioritariamente a partir de outras unidades de registro, como consumo, tomada de decisão, valores éticos e sustentabilidade, o que caracteriza a ausência da unidade de registro lucro nessas investigações.

Nos estudos em que o lucro aparece de forma explícita ou indireta, observa-se coocorrência principalmente com a unidade de registro tomada de decisão. Essa articulação evidencia que o lucro é mobilizado sobretudo como conceito associado a processos decisórios e à compreensão conceitual de situações financeiras, e não como eixo pedagógico diretamente voltado ao cotidiano infantil.

A partir dessa análise, elabora-se a seguinte inferência parcial: a unidade de registro lucro é pouco mobilizada nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais, aparecendo de forma concentrada em estudos voltados à formação conceitual e à compreensão cognitiva. Sua baixa recorrência indica que o lucro não é considerado, pela maioria dos pesquisadores, um conceito prioritário para essa etapa da escolarização, o que aponta para uma lacuna nas pesquisas analisadas e para a necessidade de investigações que explorem possibilidades pedagógicas de abordagem desse conceito de forma adequada à faixa etária, articulando-o a contextos significativos para as crianças.

4.3.3.3 Unidade de registro 3: Desejos e necessidades

A unidade de registro desejos e necessidades, a partir dos autores apresentados, refere-se à distinção e problematização entre aquilo que é essencial à subsistência e ao bem-estar e aquilo que se configura como desejo, frequentemente associado ao consumo, à influência social e às escolhas individuais. Nos estudos que compõem o corpus, essa unidade é mobilizada como estratégia pedagógica para favorecer reflexões sobre consumo consciente, tomada de decisão e valores, especialmente no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A distinção entre desejos e necessidades é apresentada como um conceito introdutório da Educação Financeira, por dialogar diretamente com o cotidiano infantil e com situações vivenciadas pelas crianças, constituindo-se como um eixo formativo relevante nessa etapa da escolarização.

A análise do corpus evidencia que a unidade de registro desejos e necessidades apresenta recorrência moderada nas pesquisas investigadas. Observa-se que essa temática está presente de forma explícita em três das seis pesquisas analisadas e ausente nas demais. Essa distribuição indica que, embora pertinente à Educação Financeira nos anos iniciais, a distinção entre desejos e necessidades não se configura como um eixo conceitual amplamente explorado em todas as investigações do corpus.

No estudo de Dantas (2017), a distinção entre desejos e necessidades constitui unidade de registro central da proposta pedagógica. A autora defende que o trabalho com essa temática possibilita que as crianças diferenciem o que é essencial daquilo que é supérfluo, favorecendo reflexões críticas sobre as escolhas de consumo. Nesse estudo, essa unidade aparece articulada diretamente ao consumo consciente e à formação de atitudes responsáveis.

O livreto contempla também a estratégia de lista de compras, trabalhada na sequência didática e na comparação de preços de mercadorias com a intenção de economizar, tratando de aprender a gastar bem (Figura 6). O leitor deverá estimar preço dos produtos além de distinguir itens essenciais de supérfluos. (Dantas, 2017, p. 56).

Nos estudos de Santos (2017) e Mathias dos Santos (2024), a unidade de registro desejos e necessidades aparece de forma recorrente, articulada a outras temáticas da Educação Financeira. Santos (2017) evidencia que as atividades presentes nos livros didáticos possibilitam que os estudantes identifiquem necessidades e desejos a partir de situações do cotidiano, estabelecendo relações com práticas de consumo e com a influência de fatores externos sobre as escolhas financeiras.

No que se refere aos ganhos e gastos, os entrevistados apontam que, em geral, ganhar mais significa gastar mais também. Acrescentam que, mesmo sem haver um aumento de salário, por exemplo, muitas pessoas atualmente sentem-se mais aptas a comprar devido à facilidade de acesso “a linhas de crédito e a instrumentos financeiro-econômicos (cartões de crédito, financiamentos, empréstimos, cheque especial etc.)” (p. 278). Assim, elas podem acabar consumindo para além das necessidades, por impulso ou desejo. (Santos, 2017, p. 40)

Já Mathias dos Santos (2024) integra a distinção entre desejos e necessidades às discussões sobre sustentabilidade, destacando que refletir sobre essa dicotomia contribui para o uso mais responsável dos recursos financeiros e naturais, articulando escolhas de consumo a preocupações ambientais e sociais mais amplas.

Por outro lado, nos estudos de Silva (2018) e Santos (2023), a distinção entre desejos e necessidades não aparece de forma explícita. Nessas pesquisas, a Educação Financeira é abordada a partir de outras unidades de registro, como tomada de decisão e consumo, sem que haja uma problematização direta dessa dicotomia conceitual.

Nos estudos em que a unidade de registro desejos e necessidades aparece, observa-se forte coocorrência com as unidades consumo e consumo consciente, bem como com valores éticos. Essa articulação evidencia que a distinção entre desejos e necessidades é utilizada como base para reflexões éticas e para a problematização das práticas de consumo, reforçando seu caráter formativo no contexto da Educação Financeira Escolar.

A ausência dessa unidade de registro em parte significativa do corpus indica que a temática, embora pertinente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, não é consensualmente adotada como eixo conceitual da Educação Financeira. Essa ausência sugere que alguns pesquisadores optam por abordagens que priorizam diretamente a tomada de decisão ou a formação conceitual, sem recorrer explicitamente à distinção entre desejos e necessidades como estratégia analítica ou pedagógica.

A partir dessa análise, elabora-se a seguinte inferência parcial: a unidade de registro desejos e necessidades ocupa um papel relevante, porém não central, nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Quando mobilizada, mostra-se potente para favorecer reflexões sobre consumo consciente, valores e escolhas, sobretudo por dialogar diretamente com o universo infantil. Entretanto, sua ausência em parte expressiva do corpus revela uma lacuna e aponta para possibilidades de ampliação e aprofundamento dessa temática em futuras pesquisas e práticas pedagógicas voltadas aos anos iniciais.

4.3.3.4 Unidade de registro 4: Tomada de decisão

No conjunto das pesquisas analisadas, a unidade de registro tomada de decisão refere-se aos processos pelos quais os estudantes analisam situações financeiras, avaliam alternativas, ponderam consequências e justificam escolhas. Essa unidade é compreendida como elemento central da Educação Financeira, por envolver não apenas procedimentos matemáticos, mas também reflexão, argumentação, valores e responsabilidade social. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a tomada de decisão aparece associada a situações do cotidiano infantil, configurando-se como um eixo formativo que articula dimensões cognitivas, sociais e éticas.

Para que os alunos de hoje se transformem em cidadãos financeiramente conscientes, é necessário que antes tenham adquirido uma percepção mais

aguçada no seu convívio diário com a família, tenham tido um desenvolvimento e uma aprendizagem no âmbito escolar, podendo assim se tornarem pessoas um pouco mais críticas, contribuindo assim para que haja um crescimento ordenado na educação e na economia do país (Campos, 2014, p. 63).

A análise do corpus evidencia que a unidade de registro tomada de decisão apresenta alta recorrência nas pesquisas investigadas. Observa-se que esse conceito está presente de forma explícita em quatro das pesquisas analisadas, assumindo caráter central ou recorrente, e encontra-se ausente em duas investigações. Essa distribuição indica que a tomada de decisão constitui um dos eixos mais mobilizados nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais, ainda que não esteja presente de forma homogênea em todos os estudos.

No estudo de Dantas (2017), a tomada de decisão configura-se como unidade de registro central, sendo trabalhada por meio de situações que envolvem escolhas de consumo e reflexão sobre consequências. A autora destaca que as atividades propostas possibilitam que os alunos analisem diferentes alternativas e tomem decisões fundamentadas diante de situações de consumo, evidenciando o caráter formativo dessa unidade nos anos iniciais.

Ressaltou-se a importância de guardar parte do dinheiro recebido para gastar em outro momento escolhido por eles, trabalhando, assim, conceitos de poupança e investimento. Devemos ensinar a criança, a ter responsabilidade nas decisões de consumo. (Dantas, 2017, p. 71)

De modo semelhante, Silva (2018) enfatiza que a Educação Financeira pode favorecer a criação de cenários para investigação, nos quais os estudantes são convidados a discutir e justificar decisões. O autor ressalta que essas práticas permitem que os alunos avaliem possibilidades, argumentem e se posicionem diante de situações financeiras do cotidiano, caracterizando a tomada de decisão como eixo estruturante do trabalho pedagógico.

Nos estudos de Santos (2017) e Santos (2023), a tomada de decisão aparece de forma recorrente, articulada à análise de situações reais. Santos (2017) aponta que as atividades de Educação Financeira presentes nos livros didáticos possibilitam que os estudantes reflitam sobre escolhas e consequências associadas a situações financeiras.

O objetivo de discutir a EF não é apresentar ao aluno verdades absolutas ou impor modos de pensar e agir tomados como os únicos corretos, mas sim discutir de forma reflexiva, pensando sempre nas diversas possibilidades e nas consequências de cada uma delas. (Santos, 2017, p. 88).

Santos (2023), por sua vez, evidencia que, ao dialogarem sobre situações financeiras, os estudantes mobilizam processos de decisão, justificando suas escolhas a partir de argumentos construídos coletivamente, o que reforça o papel do diálogo na construção compartilhada de significados.

Pode acontecer, ainda, de determinados indivíduos precisarem abrir mão de suas perspectivas com o intuito de, coletivamente, construir outras. Muitas vezes, inclusive, pode acontecer de, a partir da perspectiva apresentada por um participante, o outro fazer novas reflexões e, assim, modificar a que foi inicialmente apresentada, construindo, assim, coletivamente, uma nova forma de pensar. O diálogo pode, ainda, revelar algo totalmente novo. (Santos, 2023, p. 52)

Por outro lado, em Mathias dos Santos (2024), a tomada de decisão não aparece de forma explícita como unidade de registro, sendo abordada de maneira implícita no contexto das discussões sobre sustentabilidade e consumo responsável. Já em Silva (2024), essa unidade está ausente, uma vez que o estudo se concentra na compreensão cognitiva do conceito de lucro, sem abordar processos decisórios no contexto da Educação Financeira Escolar.

Nos estudos em que a unidade de registro tomada de decisão aparece, observa-se forte coocorrência com as unidades consumo e consumo consciente, bem como com valores éticos. Essa articulação evidencia que a tomada de decisão é mobilizada como um processo integrador, que articula conceitos financeiros, valores e reflexões sobre as consequências das escolhas.

A ausência explícita da unidade de registro tomada de decisão em Mathias dos Santos (2024) e Silva (2024) indica que nem todas as abordagens de Educação Financeira priorizam o processo decisório como eixo analítico. Tais ausências revelam enfoques que privilegiam, respectivamente, a sustentabilidade e a compreensão conceitual do lucro, ampliando a diversidade de perspectivas presentes no campo.

A partir dessa análise, elabora-se a seguinte inferência parcial: a unidade de registro tomada de decisão ocupa posição central nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, configurando-se como um dos principais elementos formativos dessa temática. Sua alta recorrência e suas coocorrências com consumo, lucro e valores éticos indicam que a tomada de decisão é compreendida como um processo que articula dimensões cognitivas, sociais e éticas, reforçando a relevância da Educação Financeira como prática educativa voltada à formação crítica e cidadã desde os primeiros anos de escolarização.

4.3.3.5 Unidade de registro 5: Planejamento

No conjunto das pesquisas analisadas, a unidade de registro planejamento refere-se à capacidade de antecipar ações, organizar recursos e refletir sobre consequências futuras relacionadas ao uso do dinheiro. No contexto da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o planejamento aparece associado à construção de atitudes responsáveis, à organização de escolhas financeiras e à compreensão de que decisões tomadas no presente podem impactar situações futuras. Essa unidade é compreendida não como uma técnica formal de controle financeiro, mas como um processo formativo adequado à faixa etária, que possibilita às crianças refletirem sobre organização, economia e responsabilidade.

A análise do corpus evidencia que a unidade de registro planejamento apresenta baixa recorrência explícita nas pesquisas investigadas. Observa-se que esse conceito está presente de forma direta em duas das seis pesquisas analisadas, quais sejam: Dantas (2017) e Santos (2023), e ausente nas demais. Essa distribuição indica que, embora reconhecido como relevante para a Educação Financeira nos anos iniciais, o planejamento ainda não se configura como um eixo conceitual amplamente explorado nas investigações do corpus.

No estudo de Dantas (2017), o planejamento aparece articulado às discussões sobre consumo consciente e organização financeira. A autora evidencia que as atividades propostas possibilitam às crianças refletirem sobre a necessidade de organizar o uso do dinheiro, destacando que o trabalho com Educação Financeira contribui para que os alunos compreendam a importância de pensar antes de gastar e organizar suas escolhas de forma responsável. Nesse estudo, o planejamento surge como elemento formativo, vinculado à construção de atitudes conscientes diante do consumo.

A Educação Financeira, além de importante para a criação de hábitos saudáveis de consumo e para o planejamento de como gastar e poupar o dinheiro, forma adultos conscientes e contribui para a diminuição dos índices de inadimplência a longo prazo. (Dantas, 2017, p. 33).

No estudo de Santos (2023), o planejamento financeiro aparece associado à tomada de decisão e à reflexão coletiva. A autora aponta que, ao discutir situações financeiras do cotidiano, os estudantes são levados a antecipar consequências de suas escolhas e a organizar ações futuras a partir das situações analisadas. Embora não constitua o foco central da pesquisa, o planejamento emerge como unidade de registro relevante no processo de reflexão dos estudantes.

Nesses momentos, as atividades propostas envolviam planejamento de ações para conseguir dinheiro, estabelecimento de metas, ações para gerar dinheiro para o lanche da turma, bem como reflexões sobre poupança; metas para alcance de objetivos previamente estabelecidos; produção de objetos a serem vendidos pelos estudantes; contagem de cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro. (Santos, 2023, p. 29)

Por outro lado, nos estudos de Santos (2017) e Silva (2018), o planejamento não aparece de forma explícita. Nessas pesquisas, a Educação Financeira é abordada prioritariamente a partir da problematização de situações de consumo e da tomada de decisão, sem uma discussão direta sobre a organização ou a antecipação de ações financeiras.

Da mesma forma, em Mathias dos Santos (2024), apesar da forte articulação com a sustentabilidade e o consumo responsável, o conceito de planejamento não é mobilizado explicitamente como unidade de registro, aparecendo apenas de maneira implícita nas reflexões propostas. Em Silva (2024), o planejamento está ausente, uma vez que o estudo se concentra na compreensão conceitual do lucro, sem abordar práticas educativas relacionadas à organização ou à antecipação de decisões financeiras.

Nos estudos em que a unidade de registro planejamento aparece, observa-se coocorrência, principalmente, com as unidades consumo e consumo consciente, bem como com a tomada de decisão. Essa articulação indica que o planejamento é mobilizado como desdobramento das reflexões sobre consumo e decisão, funcionando como elemento complementar na formação financeira das crianças.

A ausência explícita da unidade de registro planejamento em parte significativa do corpus evidencia que esse conceito ainda ocupa um lugar secundário nas abordagens de Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa ausência sugere que os pesquisadores tendem a priorizar reflexões imediatas sobre escolhas e consumo, em detrimento de discussões mais sistemáticas sobre organização e antecipação de ações financeiras.

A partir dessa análise, elabora-se a seguinte inferência parcial: embora reconhecido como relevante para a formação financeira, o planejamento ainda é pouco explorado de forma explícita nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Quando mobilizado, aparece articulado à tomada de decisão e ao consumo consciente, indicando seu potencial formativo. A baixa recorrência dessa unidade aponta para uma lacuna nas pesquisas analisadas e reforça a necessidade de investigações que aprofundem o trabalho pedagógico com o planejamento financeiro de maneira adequada à faixa etária desde os primeiros anos de escolarização.

4.3.3.6 Unidade de registro 6: Valores éticos

No conjunto das pesquisas analisadas, a unidade de registro valores éticos refere-se às discussões que articulam a Educação Financeira à formação moral, social e cidadã dos estudantes, envolvendo princípios como responsabilidade, justiça, solidariedade, consciência coletiva e cuidado com o outro. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa unidade aparece associada à reflexão sobre escolhas financeiras, práticas de consumo e uso dos recursos, partindo do entendimento de que tais decisões não afetam apenas o indivíduo, mas também a sociedade como um todo. Dessa forma, os valores éticos são compreendidos como dimensão constitutiva da Educação Financeira, na medida em que orientam a análise crítica das escolhas econômicas e contribuem para a formação integral das crianças.

A análise do corpus evidencia que a unidade de registro valores éticos apresenta recorrência moderada nas pesquisas investigadas. Observa-se que essa unidade está presente de forma explícita em três das seis pesquisas analisadas e ausente nas demais. Essa distribuição indica que, embora reconhecida como relevante, a dimensão ética não é abordada de maneira homogênea nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais, aparecendo de forma mais consistente nos estudos que adotam uma perspectiva crítica e formativa da Educação Financeira.

No estudo de Dantas (2017), os valores éticos aparecem articulados ao consumo consciente e à responsabilidade social. A autora destaca que a Educação Financeira nos anos iniciais deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de refletir sobre as consequências de suas escolhas, afirmando que o trabalho pedagógico com essa temática possibilita o desenvolvimento de valores relacionados à responsabilidade, ao respeito e à consciência social. Nesse estudo, os valores éticos configuram-se como elemento central na compreensão da Educação Financeira como prática educativa voltada à cidadania.

Também comentaram que preferiam brincar com os amigos na rua a ir ao parque ou *shopping* sozinhos, sugerindo que já possuem vivência de valores em situações *a-didáticas*. Tais conceitos são importantes na construção de valores como ética, respeito, cidadania, consumo consciente, cuidados com o planeta. (Dantas, 2017, p. 62)

De modo convergente, Silva (2018) evidencia que as discussões financeiras em sala de aula favorecem reflexões éticas, ao possibilitar que os estudantes analisem situações do cotidiano que envolvem escolhas e consequências coletivas. O autor ressalta que, ao discutir situações financeiras, os alunos são levados a considerar não apenas seus interesses individuais,

mas também os impactos de suas decisões no contexto social, compreendendo a Educação Financeira como prática educativa voltada à cidadania.

Parte do pressuposto de que é na escola que crianças e jovens apreendem mais do que apenas conhecimentos curriculares, mas também adquirem a capacidade de viver em meio social, fazendo escolhas que influenciarão seu futuro. (Silva, 2018, p. 45)

No estudo de Santos (2024), os valores éticos aparecem de forma explícita e articulada à sustentabilidade. A autora defende que a Educação Financeira Escolar Sustentável deve promover uma formação que integre aspectos econômicos, sociais e ambientais, destacando que a reflexão sobre escolhas financeiras envolve responsabilidade social, justiça e cuidado com o coletivo. Nesse estudo, os valores éticos são compreendidos como eixo formativo fundamental para a construção de uma Educação Financeira comprometida com a emancipação dos sujeitos.

Com isso, a clara percepção do lugar social do indivíduo que, baseado em uma concepção política e crítica da sociedade, faz com que este esteja atento ao coletivo social e não somente a uma perspectiva individualista de vida e sociedade. (Santos, 2024, p. 58)

Por outro lado, nos estudos de Santos (2017) e Santos (2023), embora haja discussões sobre escolhas e decisões financeiras, os valores éticos não aparecem de forma explícita como unidade de registro. Nessas pesquisas, a Educação Financeira é abordada prioritariamente a partir da problematização de situações do cotidiano e da tomada de decisão, sem uma discussão direta sobre princípios éticos ou formação moral.

Da mesma forma, em Silva (2024), os valores éticos estão ausentes como unidade de registro, uma vez que o foco do estudo recai sobre a compreensão conceitual do lucro, sem articulação com reflexões éticas ou sociais relacionadas às escolhas financeiras.

Nos estudos em que a unidade de registro valores éticos aparece, observa-se coocorrência significativa com as unidades consumo e consumo consciente, desejos e necessidades e tomada de decisão. Essa articulação evidencia que os valores éticos são mobilizados, sobretudo, em conexão com reflexões sobre escolhas, consumo e consequências sociais, reforçando o caráter formativo da Educação Financeira nos anos iniciais.

A ausência explícita da unidade de registro valores éticos em parte das pesquisas analisadas indica que essa dimensão ainda não é explorada de forma sistemática em todas as abordagens de Educação Financeira nos anos iniciais. Tal ausência sugere que algumas

investigações priorizam aspectos cognitivos, conceituais ou procedimentais, sem explicitar a dimensão ética como eixo formativo.

A partir dessa análise, elabora-se a seguinte inferência parcial: quando incorporada às propostas de Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a unidade de registro valores éticos contribui significativamente para a formação cidadã das crianças. Sua presença, articulada a consumo, tomada de decisão e sustentabilidade, evidencia uma concepção de Educação Financeira que ultrapassa o ensino técnico e assume compromisso com a formação ética, social e coletiva. Entretanto, a ausência dessa unidade em parte do corpus analisado revela uma lacuna nas pesquisas e aponta para a necessidade de aprofundamento dessa dimensão em investigações e práticas pedagógicas futuras.

4.4 Categoria 3: Abordagens metodológicas adotadas nas pesquisas

Esta categoria tem como objetivo analisar as abordagens metodológicas adotadas nas pesquisas que compõem o corpus, buscando compreender como os estudos sobre Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental foram conduzidos do ponto de vista metodológico. Diferentemente das categorias anteriores, que se dedicaram às fundamentações teóricas e às concepções de Educação Financeira, a Categoria 3 centra-se na configuração metodológica das investigações, considerando os tipos de pesquisa, os procedimentos adotados e as estratégias de produção e análise de dados.

A análise desta categoria toma como referência o item 4.1 dessa dissertação, no qual é feita a caracterização das teses e dissertações analisadas, evidenciando os diferentes delineamentos metodológicos presentes no corpus, tais como pesquisas documentais, pesquisas qualitativas, engenharia didática, estudos com entrevistas clínicas e proposições de materiais didáticos.

À luz da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), a Categoria 3 é organizada a partir de unidades de registro (que agora correspondem à nomenclatura da metodologia aplicada à pesquisa), considerando a recorrência e a pertinência dessas abordagens no conjunto do corpus. As unidades de análise permitem evidenciar tendências metodológicas predominantes, assim como metodologias menos recorrentes, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do campo de pesquisas em Educação Financeira nos anos iniciais.

Desse modo, a Categoria 3 possibilita compreender como a Educação Financeira tem sido investigada, evidenciando os caminhos metodológicos trilhados pelos pesquisadores e apontando potencialidades e lacunas nas abordagens adotadas. Essa análise contribui para

refletir sobre os limites e as possibilidades das metodologias utilizadas, bem como para subsidiar futuras pesquisas que busquem aprofundar o estudo da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

4.4.1 Unidade de registro 1: Engenharia Didática

No contexto das pesquisas analisadas, a unidade de registro Engenharia Didática refere-se a abordagens metodológicas que envolvem o planejamento, a implementação, a análise e a reformulação de propostas didáticas, com o objetivo de investigar processos de ensino e aprendizagem em contextos reais ou controlados. Essa metodologia caracteriza-se pela elaboração intencional de situações didáticas, pela experimentação em ambiente educativo e pela análise sistemática dos resultados obtidos, configurando-se como uma estratégia adequada para investigar práticas pedagógicas em Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A análise do corpus evidencia que a unidade de registro Engenharia Didática está presente em duas das seis pesquisas analisadas, o que, de acordo com o critério adotado neste estudo, caracteriza uma recorrência moderada. Essa distribuição indica que, embora não seja a abordagem metodológica predominante no conjunto das pesquisas, a Engenharia Didática ocupa um lugar relevante nos estudos que buscam intervir diretamente na prática pedagógica relacionada à Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No estudo de Dantas (2017), a Engenharia Didática constitui o eixo metodológico central da pesquisa. A autora descreve o desenvolvimento de tarefas didáticas voltadas à Educação Financeira e ao consumo consciente, estruturadas a partir de etapas planejadas, testadas e analisadas de forma sistemática. Dantas explicita que sua investigação se organiza com o objetivo de propor, aplicar e analisar tarefas didáticas que possibilitem que os alunos reflitam sobre consumo consciente e tomar decisões mais responsáveis. “O escopo da pesquisa encaixa-se nos moldes dos pressupostos da metodologia de pesquisa, descritos anteriormente e, tal como será apresentada, em que cada etapa realizada é consolidada pela Engenharia Didática.” (Dantas, 2017, p. 45).

A autora destaca que a utilização da Engenharia Didática permite compreender como as crianças dos anos iniciais mobilizam conhecimentos, argumentos e valores diante de situações financeiras, evidenciando o potencial dessa abordagem para investigar práticas educativas contextualizadas e orientadas à formação crítica.

De forma convergente, Santos (2024) adota a Engenharia Didática como base metodológica para a elaboração de um guia didático de Educação Financeira Escolar Sustentável, voltado aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A autora afirma que essa metodologia possibilita articular teoria e prática, ao permitir planejar, implementar e avaliar propostas didáticas que promovam reflexões críticas sobre o uso consciente dos recursos financeiros, materiais e naturais.

Pela Engenharia Didática, a construção e análise a priori tende a levantar quais são as variáveis macro didáticas e micro didáticas pertinentes ao tema estudado. Problematizando a relevância do estudo, questões aparecem dentro do tema e, em se tratando de alunos do primeiro segmento do Ensino Fundamental, a temática foi aproximada da realidade diária desses estudantes. (Mathias dos Santos, 2024, p. 68).

Nesse estudo, a Engenharia Didática é utilizada como estratégia para investigar a viabilidade pedagógica da Educação Financeira articulada à sustentabilidade, evidenciando a intencionalidade formativa da metodologia adotada e seu potencial para promover aprendizagens significativas nos anos iniciais.

A presença da Engenharia Didática nas pesquisas analisadas evidencia seu potencial para investigar a Educação Financeira de forma aplicada, permitindo analisar como propostas pedagógicas são construídas, implementadas e ressignificadas no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa abordagem favorece a observação direta das interações dos estudantes com as tarefas propostas e possibilita a análise das decisões, reflexões e argumentos mobilizados pelas crianças.

Entretanto, a recorrência moderada dessa unidade de registro indica que a Engenharia Didática ainda é pouco explorada no conjunto das pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais, o que pode estar relacionado às exigências de tempo, planejamento e acompanhamento que essa metodologia demanda no contexto escolar.

A partir dessa análise, elabora-se a seguinte inferência parcial: a unidade de registro Engenharia Didática, embora não predominante, desempenha papel relevante nas pesquisas que buscam compreender a Educação Financeira a partir de intervenções pedagógicas intencionais. Sua presença no corpus revela que essa abordagem metodológica tem sido utilizada, sobretudo, em estudos comprometidos com a produção, aplicação e análise de propostas didáticas, configurando-se como uma metodologia potente para investigar práticas educativas em Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

4.4.2 Unidade de registro 2: Pesquisa documental

No contexto das pesquisas analisadas, a unidade de registro pesquisa documental refere-se às investigações que tomam como fonte principal de dados documentos escritos, tais como livros didáticos, materiais pedagógicos e outros registros oficiais utilizados no contexto escolar. Essa abordagem metodológica caracteriza-se pela análise sistemática desses documentos, com o objetivo de compreender como a Educação Financeira é apresentada, organizada e problematizada nos materiais que orientam a prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa documental mostra-se particularmente relevante para o campo da Educação Financeira, uma vez que os livros didáticos e materiais curriculares exercem papel central na mediação do conhecimento e na organização do ensino nessa etapa da escolarização.

A análise do corpus evidencia que a unidade de registro pesquisa documental está presente em duas das seis pesquisas analisadas, o que, conforme o critério adotado neste estudo, caracteriza uma recorrência moderada. Essa distribuição indica que, embora não seja a abordagem metodológica predominante, a pesquisa documental ocupa um espaço relevante nas investigações sobre Educação Financeira nos anos iniciais, sendo utilizada principalmente para analisar a presença e o tratamento da temática em materiais didáticos.

No estudo de Santos (2017), a pesquisa documental constitui o eixo metodológico central da investigação, que analisa a abordagem da Educação Financeira em livros didáticos de Matemática dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A autora justifica a escolha dessa metodologia a partir da centralidade do livro didático no cotidiano escolar, destacando que esse material é um dos principais recursos utilizados pelos professores em sala de aula, influenciando diretamente as práticas pedagógicas e as aprendizagens dos estudantes.

Levando os fatores acima elencados em consideração, mas também refletindo sobre o fato de que a escola precisa estar inserida nessas discussões, refletindo sobre uma Matemática que tenha relação com a vida dos alunos e tendo em vista que os livros didáticos são, muitas vezes, o guia do professor em sala de aula (Santos, 2017, p. 17).

A partir da análise dos livros didáticos, Santos (2017) investiga como conceitos e situações relacionadas à Educação Financeira são apresentados, evidenciando tanto os limites quanto as potencialidades desses materiais para o desenvolvimento de uma abordagem crítica da temática nos anos iniciais.

Silva (2018) também adota a pesquisa documental ao analisar livros didáticos utilizados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, buscando compreender como a Educação Financeira é tratada nesses materiais e de que maneira pode subsidiar práticas pedagógicas investigativas.

O autor ressalta que a análise documental possibilita identificar situações financeiras presentes nos livros didáticos que podem ser exploradas de forma problematizadora, favorecendo a reflexão em sala de aula.

A autora parte do pressuposto de que o livro didático possibilita ao professor uma oportunidade de formação continuada, permitindo que ele planeje e desenvolva ferramentas eficientes para abordar a Educação Financeira a partir da problematização dos conteúdos da Matemática Financeira em situações reais (Silva, 2018, p. 56).

Embora o estudo de Silva (2018) também dialogue com práticas pedagógicas e reflexões docentes, a pesquisa documental constitui uma base metodológica importante da investigação, configurando-se como unidade de registro relevante no corpus analisado.

A presença da pesquisa documental nas pesquisas analisadas evidencia seu potencial para compreender como a Educação Financeira é institucionalizada nos materiais que orientam o ensino, especialmente nos livros didáticos. Essa metodologia permite identificar concepções subjacentes, escolhas de conteúdos e possibilidades de abordagem da temática no contexto escolar, contribuindo para reflexões críticas sobre o papel desses materiais na Educação Financeira nos anos iniciais.

Entretanto, a recorrência moderada dessa unidade de registro também aponta limites, uma vez que a pesquisa documental, por si só, não permite analisar diretamente as interações em sala de aula nem as interpretações dos estudantes diante das situações financeiras propostas. Essa característica pode explicar sua associação, em alguns estudos, a outras abordagens metodológicas, ampliando o escopo analítico das investigações.

A partir dessa análise, elabora-se a seguinte inferência parcial: a unidade de registro pesquisa documental desempenha um papel relevante nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais, especialmente ao possibilitar a análise crítica dos materiais didáticos utilizados na escola. Sua recorrência moderada no corpus indica que essa abordagem metodológica tem sido utilizada como estratégia para compreender a presença da Educação Financeira no currículo e nos recursos pedagógicos, contribuindo para reflexões sobre limites e possibilidades desses materiais na promoção de uma Educação Financeira crítica e contextualizada.

4.4.3 Unidade de registro 3: Pesquisa qualitativa

No contexto das pesquisas analisadas, a unidade de registro pesquisa qualitativa refere-se às investigações que privilegiam a compreensão dos fenômenos educativos a partir da análise

de práticas pedagógicas, interações em sala de aula, discursos e reflexões de professores e estudantes. Essa abordagem metodológica caracteriza-se pela valorização dos significados atribuídos pelos sujeitos às situações vivenciadas, bem como pela interpretação dos processos formativos relacionados à Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa mostra-se adequada para investigar a Educação Financeira enquanto prática educativa, possibilitando compreender como os sujeitos constroem sentidos, argumentam e tomam decisões diante de situações financeiras contextualizadas.

A análise do corpus evidencia que a unidade de registro pesquisa qualitativa está presente em duas das seis pesquisas analisadas, o que, conforme o critério adotado neste estudo, caracteriza uma recorrência moderada. Essa distribuição indica que a pesquisa qualitativa voltada às práticas e reflexões ocupa um espaço relevante no conjunto das investigações, especialmente naquelas que buscam compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos às experiências de Educação Financeira nos anos iniciais.

No estudo de Santos (2023), a pesquisa qualitativa constitui o eixo metodológico central da investigação, que se dedica a analisar as reflexões de estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental acerca de situações relacionadas à Educação Financeira. A autora destaca que essa abordagem permite compreender como os estudantes constroem argumentos e significados ao dialogarem sobre situações financeiras, enfatizando que a análise das falas possibilita identificar os sentidos atribuídos pelos alunos às situações discutidas e às escolhas realizadas.

Ao longo do texto, as autoras relatam que discutiram com os estudantes temáticas relacionadas à tomada de decisão, relação entre dinheiro e felicidade, necessidade e desejo, controle de gastos, orçamento e planejamento, realizando uma análise qualitativa dos diálogos estabelecidos e destacando a possibilidade de despertar criticidade e reflexão desde os anos iniciais, a partir do exposto pelos estudantes participantes da pesquisa. (Santos, 2023, p. 30).

Nesse estudo, a pesquisa qualitativa favorece a análise das interações discursivas e dos processos reflexivos mobilizados pelos estudantes, evidenciando como a Educação Financeira pode promover o diálogo, a argumentação e a tomada de decisão consciente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

De forma convergente, Silva (2018) adota uma abordagem qualitativa ao analisar práticas docentes e possibilidades pedagógicas relacionadas à Educação Financeira nos anos iniciais. O autor ressalta que a pesquisa qualitativa possibilita compreender as potencialidades das situações financeiras presentes nos materiais didáticos quando exploradas de forma investigativa em sala de aula, permitindo analisar como professores e estudantes interagem com

as situações propostas, constroem reflexões e assumem posicionamentos diante dos problemas apresentados.

Esse diálogo do início da aula nos mostra que P7 trabalhou com situações que permitiam aos estudantes interagirem no decorrer desse momento da aula, e mesmo havendo discussões sobre salário, poupar, gastos excessivos, o desenrolar desse momento da aula está pautado na perspectiva do paradigma do *exercício*. Apesar de não ter apresentado indícios de criação de *cenário para investigação*, a forma como P7 introduziu o conteúdo da aula foi ao longo do diálogo atribuindo significado e relação da temática com o dia a dia dos estudantes (Silva, 2018, p. 165).

Embora Silva (2018) também utilize a pesquisa documental como abordagem metodológica, a análise qualitativa das práticas e reflexões constitui uma dimensão relevante do estudo, configurando-se como unidade de registro específica no corpus analisado.

A presença da pesquisa qualitativa com foco em práticas e reflexões evidencia seu potencial para compreender a Educação Financeira como processo formativo, ao possibilitar a análise dos significados, argumentos e decisões construídos pelos sujeitos em contextos educativos reais. Essa abordagem favorece a compreensão da Educação Financeira para além dos conteúdos formais, permitindo captar dimensões discursivas, sociais e éticas das práticas pedagógicas.

Entretanto, a recorrência moderada dessa unidade de registro indica que a pesquisa qualitativa voltada às práticas ainda é pouco explorada no conjunto das pesquisas analisadas, o que pode estar relacionado às exigências metodológicas e ao tempo necessário para a coleta e análise de dados qualitativos em contextos escolares.

A partir dessa análise, elabora-se a seguinte inferência parcial: a unidade de registro pesquisa qualitativa desempenha um papel relevante nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais ao possibilitar a compreensão aprofundada dos processos reflexivos e decisórios mobilizados por estudantes e professores. Sua recorrência moderada no corpus indica que, embora potente, essa abordagem metodológica ainda não é amplamente utilizada, apontando para a necessidade de ampliar investigações qualitativas que explorem as práticas pedagógicas e os significados atribuídos pelos sujeitos às experiências de Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

4.4.4 Unidade de registro 4: Entrevistas clínicas e abordagem cognitiva

No contexto das pesquisas analisadas, a unidade de registro entrevistas clínicas e abordagem cognitiva refere-se às investigações que utilizam procedimentos metodológicos

voltados à compreensão dos processos de pensamento dos sujeitos, buscando analisar como as crianças constroem significados e mobilizam esquemas cognitivos ao lidar com situações econômicas. Essa abordagem caracteriza-se pela realização de entrevistas individuais, geralmente estruturadas a partir de situações-problema, nas quais o pesquisador investiga os raciocínios, as justificativas e as estratégias mobilizadas pelos participantes. No campo da Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa metodologia possibilita compreender como conceitos econômicos são construídos cognitivamente pelas crianças, ainda que não esteja diretamente associada à implementação de práticas pedagógicas em sala de aula.

A análise do corpus evidencia que a unidade de registro entrevistas clínicas / abordagem cognitiva está presente em apenas uma das seis pesquisas analisadas, o que caracteriza uma recorrência baixa no conjunto das investigações. Essa distribuição indica que a abordagem cognitiva, embora relevante, ocupa um lugar singular no campo da Educação Financeira nos anos iniciais, não se configurando como tendência predominante entre as pesquisas analisadas.

No estudo de Silva (2024), a abordagem metodológica central consiste na realização de entrevistas clínicas com crianças, a partir de situações que envolvem a noção de lucro. A autora explicita que o objetivo da pesquisa é compreender como as crianças constroem esse conceito, destacando que a utilização das entrevistas clínicas possibilita analisar os raciocínios mobilizados pelos sujeitos diante de situações econômicas, bem como os significados atribuídos ao conceito de lucro.

A criação de uma classe de situações de lucro pode ficar mais tangível nos próximos estudos, pois estas situações podem ser categorizadas a partir de suas semelhanças, que permitirão a mobilização de esquemas de pensamento e raciocínio a partir de invariantes operatórios. A partir disso, se amplia a possibilidade da compreensão de uma TCC atrelada à Educação Financeira e, especificamente, sobre o lucro. (Silva, 2024, p. 108).

Nesse estudo, as situações-problema apresentadas às crianças permitem identificar diferentes níveis de compreensão conceitual, evidenciando que o lucro não é apreendido de forma imediata, mas construído progressivamente a partir das experiências e dos esquemas de pensamento mobilizados pelos sujeitos. A autora ressalta que a entrevista clínica favorece a escuta atenta das justificativas e explicações das crianças, possibilitando aprofundar a análise dos processos cognitivos envolvidos na construção desse conceito (Silva, 2024).

A presença da unidade de registro entrevistas clínicas / abordagem cognitiva evidencia o potencial dessa metodologia para investigar a construção de conceitos econômicos na infância, contribuindo para compreender como as crianças pensam e interpretam situações

financeiras. Essa abordagem permite acessar dimensões cognitivas que, muitas vezes, não se tornam visíveis em pesquisas centradas exclusivamente na análise de materiais didáticos ou em práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula.

Entretanto, a recorrência baixa dessa unidade de registro no corpus analisado indica que a abordagem cognitiva ainda é pouco explorada nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais, possivelmente em razão de seu foco individualizado e de sua menor articulação com intervenções pedagógicas no contexto escolar. Além disso, essa metodologia não permite analisar diretamente os efeitos de propostas didáticas ou de práticas de sala de aula, o que pode limitar sua utilização quando o objetivo da pesquisa é investigar processos de ensino e aprendizagem.

A partir dessa análise, elabora-se a seguinte inferência parcial: a unidade de registro entrevistas clínicas / abordagem cognitiva desempenha um papel complementar nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ao possibilitar a compreensão aprofundada dos processos cognitivos envolvidos na construção de conceitos econômicos. Sua presença singular no corpus indica que, embora relevante, essa abordagem metodológica ainda não se constitui como tendência no campo, apontando para a necessidade de maior articulação entre estudos de cunho cognitivo e investigações voltadas às práticas pedagógicas em Educação Financeira.

4.5 Síntese das análises

A presente subseção teve como objetivo analisar as teses e dissertações que compõem o corpus desta pesquisa, buscando compreender como a Educação Financeira tem sido abordada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir de suas fundamentações teóricas, concepções e abordagens metodológicas. A análise, orientada pelos pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin, permitiu organizar os dados em três categorias analíticas que, de forma articulada, revelam tendências, recorrências e lacunas nas pesquisas investigadas. Essa organização analítica possibilita não apenas descrever os resultados encontrados, mas também interpretá-los à luz dos referenciais teóricos discutidos ao longo desta dissertação, especialmente aqueles vinculados ao campo da Educação Matemática Crítica e às concepções de Educação Financeira Escolar que compreendem o ensino como prática social e formativa.

A Categoria 1, ao tratar das fundamentações teóricas predominantes, evidenciou a hegemonia da Educação Matemática Crítica como principal referencial teórico adotado nos estudos analisados. Essa predominância indica que a Educação Financeira nos anos iniciais tem

sido concebida majoritariamente como um processo formativo, crítico e contextualizado, voltado à reflexão, à tomada de decisão e à formação cidadã. Embora nem todas as pesquisas assumam explicitamente referenciais do desenvolvimento do pensamento econômico infantil, aspectos dessa perspectiva emergem como suporte interpretativo, ao evidenciar que crianças são capazes de mobilizar raciocínios econômicos desde os primeiros anos de escolarização. Esse resultado dialoga diretamente com as discussões apresentadas na fundamentação teórica desta dissertação, nas quais a Educação Matemática é compreendida, conforme defendido por Skovsmose (2014, p. 49) ao afirmar que eles permitem que os estudantes “questionem, reflitam e tomem decisões diante de situações que envolvem incertezas, escolhas e consequências”. Nesse sentido, a presença predominante desse referencial nas pesquisas analisadas reforça a compreensão da Educação Financeira Escolar como espaço de formação crítica, no qual as situações financeiras são mobilizadas como oportunidades para reflexão, argumentação e tomada de decisão consciente.

Na Categoria 2, a análise das concepções de Educação Financeira presentes nas pesquisas que compõem o corpus evidencia que essa temática tem sido compreendida de forma predominantemente formativa, crítica e contextualizada, afastando-se de abordagens restritas ao ensino técnico de conteúdos financeiros. As seis unidades de registro analisadas — consumo/consumo consciente, lucro, desejos e necessidades, tomada de decisão, planejamento e valores éticos — revelam diferentes níveis de recorrência e centralidade, o que permite identificar tendências, lacunas e possibilidades de aprofundamento nas pesquisas voltadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Tal configuração converge com a concepção de Educação Financeira Escolar apresentada por Silva e Powell (2013), segundo a qual a temática deve ser compreendida como um processo educativo que ultrapassa o domínio de técnicas da Matemática Financeira, envolvendo a produção de significados, a formação de atitudes e a reflexão sobre escolhas e consequências no âmbito da vida pessoal e social.

Observa-se que as unidades de registro consumo/consumo consciente e tomada de decisão apresentam maior recorrência no corpus, configurando-se como os principais eixos estruturantes das propostas de Educação Financeira nos anos iniciais. Essas unidades aparecem articuladas às experiências cotidianas das crianças, favorecendo reflexões sobre escolhas, consequências e responsabilidade, o que indica uma preocupação dos pesquisadores em aproximar a temática da realidade infantil e promover o desenvolvimento da criticidade desde os primeiros anos de escolarização. Essa aproximação com o cotidiano dialoga com

perspectivas da Educação Matemática que defendem a contextualização das situações de aprendizagem como estratégia para atribuição de sentido aos conhecimentos escolares, favorecendo a construção de significados a partir das experiências vividas pelos estudantes.

A unidade de registro desejos e necessidades também se destaca como elemento relevante, embora com menor recorrência, aparecendo especialmente nos estudos que buscam problematizar práticas de consumo e discutir escolhas financeiras a partir do cotidiano das crianças. Sua presença revela a preocupação em introduzir conceitos fundamentais da Educação Financeira de maneira acessível à faixa etária, enquanto sua ausência em parte das pesquisas aponta para abordagens que priorizam diretamente a tomada de decisão ou o consumo, sem recorrer explicitamente a essa distinção conceitual. Do ponto de vista teórico, essa distinção constitui um elemento importante para a compreensão das relações de consumo, pois possibilita aos estudantes refletirem sobre prioridades, necessidades reais e influências sociais que permeiam suas escolhas, aspecto frequentemente discutido nas abordagens críticas da Educação Financeira.

Em contraste, as unidades de registro lucro e planejamento apresentam baixa recorrência no corpus, sendo mobilizadas de forma pontual e concentradas em poucos estudos. Essa constatação evidencia que conceitos mais abstratos ou que demandam maior nível de formalização ainda são pouco explorados nas pesquisas sobre Educação Financeira nos anos iniciais. A presença limitada dessas unidades sugere tanto a cautela dos pesquisadores em relação à complexidade desses conceitos quanto a existência de lacunas investigativas que podem ser exploradas em estudos futuros, desde que consideradas as especificidades do desenvolvimento infantil. Tal resultado reforça a necessidade de ampliar investigações que articulem a compreensão conceitual de noções econômicas às possibilidades cognitivas das crianças, aspecto que dialoga com estudos que discutem o desenvolvimento progressivo do pensamento econômico infantil e a construção gradual de conceitos financeiros ao longo da escolarização.

A unidade de registro valores éticos, por sua vez, aparece de forma transversal e seletiva, sendo explicitada principalmente nos estudos que adotam uma perspectiva crítica da Educação Financeira. Sua coocorrência com consumo, tomada de decisão e sustentabilidade evidencia uma concepção de Educação Financeira comprometida com a formação cidadã, na qual as escolhas financeiras são compreendidas como práticas socialmente situadas e carregadas de implicações coletivas. No entanto, a ausência dessa unidade em parte do corpus indica que a dimensão ética ainda não é abordada de maneira sistemática em todas as pesquisas. Essa

dimensão dialoga diretamente com as discussões teóricas que compreendem a Educação Financeira Escolar como parte de um processo formativo mais amplo, no qual as decisões econômicas são analisadas à luz de valores sociais, ambientais e culturais, ultrapassando a lógica puramente utilitarista frequentemente associada às práticas de consumo.

De modo geral, a análise das unidades de registro e de suas coocorrências permite inferir que a Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem sido concebida, majoritariamente, como um processo educativo voltado à formação crítica, à reflexão e à tomada de decisão consciente, mais do que à transmissão de conteúdos financeiros formais. Ao mesmo tempo, as ausências identificadas revelam desafios e possibilidades de aprofundamento teórico e pedagógico, reforçando a necessidade de ampliar as investigações sobre conceitos como planejamento, lucro e valores éticos, de forma articulada às capacidades cognitivas das crianças.

Assim, a Categoria 2 evidencia que as concepções de Educação Financeira presentes no corpus analisado convergem para a defesa de uma Educação Financeira Escolar que dialoga com o cotidiano infantil, promove a criticidade e contribui para a formação integral dos estudantes desde os primeiros anos de escolarização.

A Categoria 3, por sua vez, evidenciou as abordagens metodológicas adotadas nas pesquisas, revelando que o campo se caracteriza por uma diversidade de delineamentos metodológicos. As unidades de registro identificadas — Engenharia Didática, pesquisa documental, pesquisa qualitativa com foco em práticas e reflexões e entrevistas clínicas — indicam que não há uma metodologia única predominante, embora algumas abordagens apresentem recorrência moderada. Destaca-se o uso da Engenharia Didática em pesquisas que buscam intervir diretamente na prática pedagógica, bem como a pesquisa documental voltada à análise de livros didáticos. A presença pontual de abordagens cognitivas evidencia, ainda, a necessidade de maior articulação entre estudos conceituais e investigações centradas nas práticas educativas. Essa diversidade metodológica revela a complexidade do campo investigado, no qual diferentes perspectivas teóricas e metodológicas se articulam para compreender tanto os processos de ensino quanto as formas de pensamento mobilizadas pelos estudantes em situações relacionadas à Educação Financeira.

De forma integrada, as análises realizadas nesta seção permitem inferir que a Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem sido investigada sob uma perspectiva que valoriza a formação crítica, a contextualização das situações financeiras e a tomada de decisão consciente, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico. Ao mesmo tempo, a

análise do corpus evidencia desafios e lacunas que apontam para a necessidade de ampliar o escopo das pesquisas, especialmente no que se refere à exploração de conceitos como planejamento e lucro, bem como ao aprofundamento de metodologias que articulem a compreensão cognitiva das crianças às práticas pedagógicas escolares. Essa interpretação reforça a ideia de que a consolidação da Educação Financeira Escolar como campo de investigação no âmbito da Educação Matemática depende da continuidade de estudos que aprofundem suas bases teóricas, metodológicas e pedagógicas, ampliando a compreensão sobre como crianças constroem significados relacionados às questões financeiras em contextos educativos.

Assim, a seção 4 consolida uma visão abrangente sobre o estado das pesquisas em Educação Financeira nos anos iniciais, fornecendo subsídios analíticos que fundamentam as discussões apresentadas na conclusão desta dissertação e reforçam a relevância de investigações que contribuam para a consolidação de uma Educação Financeira crítica, formativa e coerente com as especificidades do desenvolvimento infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender quais fundamentações teóricas, concepções de Educação Financeira Escolar e abordagens metodológicas têm orientado as pesquisas relacionadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Como objetivos específicos, buscou-se identificar tendências, recorrências e lacunas presentes nas produções analisadas, bem como analisar as fundamentações teóricas, as concepções de Educação Financeira e as abordagens metodológicas presentes nas teses e dissertações selecionadas, no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para alcançar esses objetivos, adotou-se como percurso metodológico a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), aplicada a um corpus constituído por produções científicas selecionadas de forma sistemática. O corpus da pesquisa foi delimitado a partir de critérios previamente definidos, contemplando: trabalhos publicados nos anais do ENEM no recorte temporal de 2013 a 2022; produções que abordassem explicitamente a Educação Financeira; pesquisas direcionadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental; e teses e dissertações de domínio público, identificadas a partir dos autores dos trabalhos selecionados e localizadas em repositórios institucionais. Esses critérios permitiram constituir um conjunto de estudos coerente com os objetivos da investigação e adequado à análise desenvolvida.

A análise a partir das produções do ENEM evidenciou que, embora a Educação Financeira esteja presente de forma crescente no campo da Educação Matemática, sua abordagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental ainda se apresenta de maneira quantitativamente reduzida quando comparada a outras etapas da Educação Básica. Tal constatação reforça a importância de investigações que se debrucem especificamente sobre essa etapa de ensino, reconhecendo-a como um espaço legítimo e fecundo para o desenvolvimento de aprendizagens relacionadas à Educação Financeira Escolar.

No que se refere às fundamentações teóricas que sustentam as pesquisas analisadas, observou-se a predominância da Educação Matemática Crítica como principal eixo teórico. Esse referencial orienta a compreensão da Educação Financeira como uma prática educativa que ultrapassa o ensino de técnicas e cálculos financeiros, assumindo um caráter formativo, crítico e socialmente contextualizado. A partir dessa perspectiva, a Educação Financeira Escolar é concebida como um espaço de problematização das relações de consumo, de reflexão sobre escolhas e de tomada de decisões fundamentadas, articulando conhecimentos matemáticos a dimensões éticas, sociais e culturais.

Ainda no âmbito das fundamentações teóricas, identificou-se que, mesmo quando não assumidos explicitamente como referenciais centrais, aspectos relacionados ao desenvolvimento do pensamento econômico infantil emergem como suporte importante para a compreensão das análises em algumas das pesquisas do corpus, especialmente nos estudos de Dantas (2017), Santos (2017; 2023) e Silva (2018). Nessas investigações, observa-se que as crianças são compreendidas como sujeitos capazes de refletir, argumentar e tomar decisões diante de situações financeiras contextualizadas, mobilizando formas iniciais de pensamento econômico a partir de suas experiências cotidianas e das propostas pedagógicas analisadas.

Os estudos analisados evidenciam que crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental são capazes de mobilizar raciocínios econômicos, refletir sobre situações de consumo, justificar escolhas e atribuir significados às decisões financeiras, desde que inseridas em práticas pedagógicas contextualizadas e adequadas à sua faixa etária. Essa constatação aparece, por exemplo, nos estudos de Dantas (2017) e Silva (2018), nos quais as crianças são convidadas a analisar situações de consumo e tomar decisões a partir de discussões orientadas em sala de aula, bem como nas pesquisas de Santos (2017; 2023), que evidenciam a capacidade dos estudantes de argumentar e refletir criticamente sobre escolhas financeiras a partir de situações do cotidiano. Também em Silva (2024) observa-se que, mesmo sob uma abordagem cognitiva, as crianças mobilizam esquemas de pensamento ao interpretar situações econômicas, indicando a presença de formas iniciais de raciocínio econômico desde os anos iniciais.

As pesquisas analisadas nesta dissertação evidenciam que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a Educação Financeira tem sido abordada predominantemente a partir de propostas que valorizam o diálogo, a problematização e a produção de significados. Tal constatação emerge da análise do corpus investigado, composto por dissertações e teses que examinam como as crianças pensam, argumentam e tomam decisões em situações financeiras, bem como os professores mediam esses processos por meio de tarefas didáticas, materiais curriculares e práticas pedagógicas (Dantas, 2017; Santos, 2017; Santos, 2023; Silva, 2018; Santos, 2024).

Quanto às concepções de Educação Financeira presentes nas pesquisas, a análise revelou um afastamento significativo de abordagens restritas à Matemática Financeira tradicional. Predomina, nas produções analisadas, a compreensão da Educação Financeira Escolar como um processo educativo amplo, que envolve a formação de atitudes, valores e conceitos, articulando dimensões cognitivas, sociais e éticas. Essa concepção reforça a ideia de que a Educação Financeira, nos anos iniciais, não deve ser reduzida à aprendizagem de

procedimentos matemáticos, mas compreendida como parte de um projeto formativo voltado à construção da autonomia, da criticidade e da cidadania.

No que diz respeito às abordagens metodológicas adotadas nas pesquisas, observou-se a predominância de metodologias qualitativas, pesquisas documentais e estudos empíricos que valorizam o diálogo, a investigação e a análise de situações do cotidiano. Essas abordagens revelam uma preocupação dos pesquisadores em compreender os significados produzidos por estudantes e professores, bem como em analisar práticas pedagógicas que favoreçam a reflexão crítica sobre questões financeiras desde os primeiros anos de escolarização.

Um aspecto relevante evidenciado pela pesquisa refere-se à ausência de produções voltadas especificamente à Educação Infantil, lacuna identificada já na análise inicial das edições do ENEM, na qual se constatou que não há trabalhos acadêmicos que cite ou discutam a importância de iniciar a Educação Financeira nessa etapa da Educação Básica. Tal ausência também se confirmou nas teses e dissertações analisadas, indicando que, embora a Educação Infantil seja frequentemente apontada na literatura como um espaço potencial para o desenvolvimento de aprendizagens iniciais relacionadas à Educação Financeira, essa temática ainda não tem sido objeto de investigação sistemática no campo da Educação Matemática. Essa constatação constitui um achado relevante, que evidencia a necessidade de ampliação das pesquisas sobre Educação Financeira Escolar desde a Educação Infantil, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil e os contextos próprios dessa etapa.

Diante dos resultados obtidos, é possível afirmar que a Educação Financeira Escolar, no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental, vem sendo majoritariamente concebida como uma prática educativa crítica e formativa, comprometida com a leitura e a interpretação da realidade social. No entanto, a pesquisa também evidencia que ainda há espaço para o fortalecimento e a ampliação dessas discussões, tanto no que se refere à produção acadêmica quanto à consolidação de práticas pedagógicas coerentes com essa perspectiva.

Como contribuições, este estudo oferece um panorama das abordagens, concepções e fundamentações teóricas que têm orientado as pesquisas sobre Educação Financeira Escolar nos anos iniciais, além de evidenciar tendências e lacunas no campo da Educação Matemática, especialmente no que se refere à ausência de investigações que contemplem a Educação Infantil. Espera-se que os resultados aqui apresentados possam subsidiar novas pesquisas, contribuir para a formação de professores e fomentar reflexões sobre a inserção crítica e contextualizada da Educação Financeira no currículo escolar desde as etapas iniciais da escolarização.

No que se refere às limitações desta pesquisa, é importante reconhecer alguns aspectos relacionados ao percurso metodológico adotado. O estudo concentrou-se na análise de produções científicas identificadas a partir dos anais do Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM) no recorte temporal de 2013 a 2022, tomando esse evento como locus inicial de identificação das pesquisas. Embora tal escolha se justifique pela relevância do ENEM no campo da Educação Matemática, esse recorte não contempla a totalidade das produções acadêmicas sobre Educação Financeira Escolar existentes em outros eventos científicos, periódicos ou bases de dados, o que configura uma delimitação inerente ao caminho metodológico adotado.

Além disso, a análise evidenciou lacunas importantes no campo investigado. Uma delas refere-se à escassez de produções voltadas à Educação Infantil, etapa na qual não foram identificados trabalhos nos anais do ENEM que abordassem explicitamente a Educação Financeira. Esse resultado sinaliza a necessidade de investigações que explorem as possibilidades de introdução de reflexões relacionadas ao uso do dinheiro, às escolhas e às relações de consumo desde os primeiros anos da escolarização, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil.

Outra lacuna observada refere-se à necessidade de aprofundamento das pesquisas em outras etapas da Educação Básica. Embora os anos iniciais do Ensino Fundamental constituam o foco desta investigação, os dados levantados indicam uma concentração de estudos em etapas posteriores, como os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Tal constatação aponta para a importância de ampliar e diversificar as investigações sobre Educação Financeira Escolar, contemplando diferentes contextos educacionais e níveis de ensino, de modo a fortalecer o campo de estudos na área.

Por fim, reconhece-se que a Educação Financeira Escolar, quando concebida de forma crítica, não deve ser entendida como solução individual para problemas estruturais de ordem econômica e social, mas como parte de um processo formativo mais amplo, que possibilite aos sujeitos compreenderem as relações econômicas que permeiam a sociedade e participarem de forma consciente e responsável da vida social. Nesse sentido, reafirma-se a importância de que futuras pesquisas avancem na problematização dessa temática, ampliando seu alcance e aprofundando suas bases teóricas e pedagógicas.

REFERÊNCIAS

- AKADEMY EDUCAÇÃO. **Ciclo de Educação Financeira**. São Paulo: Akademy Educação, 2023. E-book. Disponível em: <https://www.akademyeditora.com.br/assets/ebooks/akademy-ebook-cicloeducfinanc.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.
- ALMEIDA, Rodrigo Martins de. **Educação Financeira Escolar: concepções e práticas de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- ARTIGUE, Michèle. Ingénierie didactique. Recherches en Didactique des Mathématiques, Grenoble, v. 9, n. 3, p. 281–308, 1988.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-668601> . Acesso em: 17 jan. 2026
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. **Cidadania financeira**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF**. Brasília: Comitê Nacional de Educação Financeira, 2010.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 19 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: guia de livros didáticos – anos iniciais do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/FNDE, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Educação Financeira nas Escolas – PEFNE**. Livro do professor: 1º ano do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, [2014]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 17 jan. 2026.
- BROUSSEAU, Guy. Theory of didactical situations in mathematics. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.
- CAMPOS, Celso Ribeiro; SILVA, Amaury Paulo da. Educação financeira escolar: uma proposta de discussão no ensino de Matemática. **Educação Matemática em Revista**, Brasília, v. 18, n. 39, p. 35–44, 2013.

CAMPOS, José Luiz de. A percepção de alunos do Ensino Fundamental sobre Educação Financeira. 2014. 99 f. **Dissertação (Mestrado em Psicologia Educacional)** — Centro Universitário FIEO, Osasco, 2014.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; SILVA, Marcio Nascimento. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69–84, 2018.

DANTAS, Luciana Troca. **Educação financeira e consumo consciente: tarefas didáticas nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino das Ciências) – Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2017.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sérgio. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (FBEF). Relatório anual 2022. Brasília: FBEF, 2022.

Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/educacao-financeira> . Acesso em: 17 jan. 2026.

FREITAS, Luanna Martins de. **Uma proposta de trabalho com educação financeira no 7º ano do Ensino Fundamental**. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789> . Acesso em: 17 jan. 2026.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KISTEMANN JR., Marco Aurélio (org.); GIORDANO, Cássio Cristiano; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos; VAZ, Rafael Filipe Novôa; BEZERRA DOS SANTOS, Laís Thalita; MENEZES, Larissa Pereira; SILVA, Felipe Olavo. *Educação financeira: olhares, incertezas e possibilidades*. Taubaté, SP: Akademy Editora, 2021.

KISTEMANN JR, Marco Aurélio; PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos; GIORDANO, Cassio Cristiano. **Ciclos da Educação Financeira no Brasil: olhares e perspectivas de educadores matemáticos (1990–2024)**. São Paulo: Editora Akademy, 2024. Disponível em: <https://www.akademyeditora.com.br/assets/ebooks/akademy-ebook-cicloeducfinanc.pdf> . Acesso em: 28 set. 2024.

LORENCINI, Pricila Basilio Marçal; NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius; REZENDE, Veridiana. **Formas operatória e predicativa de conhecimentos sobre função afim identificadas a partir do diálogo entre alunos videntes e com deficiência visual**. Revista Brasileira de Educação em Ciências e Matemática, Passo Fundo, v. 3, n. 2, p. 625–653, 2020. DOI: 10.5335/rbecm.v3i2.10013.

MENEZES, Leonardo Donizette de Deus. **Situação Social Contraditória como práxis educativa no processo de humanização: uma proposta metodológica para o Ensino de Matemática e a Educação Escolar**. 2024. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.403>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41966>. Acesso em: 22 set 2025.

OCDE. **Educação financeira nas escolas**: orientações para políticas públicas. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 2014.

OCDE. **PISA 2018**: avaliação de letramento financeiro. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 2019.

REIS, M. F. de C. T. Metodologia da pesquisa. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

SANTOS, Bárbara Cristina Mathias dos. **Educação Financeira Escolar e Sustentável: um guia didático para os anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2024. Tese (Doutorado Profissional em Ensino de Ciências) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Nilópolis, 2024. <https://doi.org/10.23925/2238-8044.2024v13i1.61922>

SILVA, Amarildo Melchiades da; POWELL, Arthur Belford. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (ENEM), 11., 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: SBEM, 2013. p. 1–17.

SILVA, Arlam Dielcio Pontes da. **Atividades de Educação Financeira em livro didático de Matemática: como professores colocam em prática?** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SILVA, Aryelle Patrícia da. **Estudo exploratório sobre a noção de lucro com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2024. Dissertação (Mestrado em Psicologia Cognitiva) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

SKOVSMOSE, Ole. Cenários para investigação. **Bolema**, Rio Claro, v. 13, n. 14, p. 66–91, 2000.

SKOVSMOSE, Ole. **Um convite à Educação Matemática Crítica**. Campinas: Papirus, 2014.